

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

MPM Corpóreos S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações dos resultados 9

Demonstrações dos resultados abrangentes 10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstrações dos fluxos de caixa 12

Demonstrações do valor adicionado 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 15



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
MPM Corpóreos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPM Corpóreos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita sobre prestação de serviços de depilação

A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme nota explicativa nº 4.13 e 20, as receitas com prestação de serviços de depilação são reconhecidas ao longo do tempo utilizando estimativas preparadas pela diretoria que avaliam o momento em que as obrigações de desempenho previstas em contrato são satisfeitas. Esse reconhecimento leva em consideração fatores que dependem da realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A diretoria exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, conseqüentemente, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência.

Considerando o risco inerente, o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas, efetuamos testes amostrais visando confirmar a adequação dos valores reconhecidos perante o total do serviço e o tempo de duração do serviço que foi contratado, bem como, analisamos o processo de revisão das estimativas e julgamentos exercidos pela diretoria e confirmamos o correto momento em que essa receita foi reconhecida. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a redução de receitas, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações sobre o tema incluídas pela diretoria na nota explicativa nº 20.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas sobre prestação de serviços de depilação, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios utilizados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$664.149 mil e está divulgado na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro, envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Murilo Teixeira Coelho Morgante'.

Murilo Teixeira Coelho Morgante
Contador CRC SP280120/O

MPM Corpóreos S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.417	15.959	224.068	157.962
Contas a receber	7	-	-	755.717	738.090
Contas a receber – partes relacionadas	17	-	-	3.847	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	2.421
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.067	588
Tributos a recuperar	16.2	8.187	4.007	45.180	40.730
Dividendos a receber		52.539	-	-	-
Outros ativos		-	968	9.896	12.904
Total do ativo circulante		67.143	20.934	1.039.775	952.695
Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	61.053	59.030
Contas a receber - partes relacionadas	17	-	7.852	12.032	8.072
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	-	-	24.231	35.744
Imobilizado disponível para venda		-	-	-	1.958
Outros ativos		-	-	4.518	1.050
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	20.000
Investimentos	8	1.104.041	1.601.485	-	-
Ativos por direito de uso	12	-	-	80.359	89.116
Imobilizado	9	582	206	279.477	311.984
Intangível	10	57.274	3	790.210	804.968
Total do ativo não circulante		1.161.897	1.609.546	1.251.880	1.331.922

Total do ativo	1.229.040	1.630.480	2.291.655	2.284.617
----------------	-----------	-----------	-----------	-----------

MPM Corpóreos S.A.

Balancos patrimoniais -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	4.427	60.559	9.832	132.432
Debêntures	13	64.751	291.583	140.274	291.583
Passivo de arrendamento	12	-	-	30.775	32.189
Fornecedores	18	914	478	35.407	27.879
Contrato oneroso	11	-	-	8.243	8.243
Receita diferida	20.1	-	-	313.252	304.599
Salários e encargos sociais		28	33	70.116	66.231
Dividendos a pagar		598	-	598	-
Impostos e contribuições a pagar	16	2.201	79	75.656	75.782
Parcelamento de impostos		815	-	2.108	2.322
Contas a pagar por aquisição		-	815	-	-
Outras contas a pagar		-	956	9.227	8.219
Contas a pagar - partes relacionadas	17	-	-	1.789	975
Total do passivo circulante		73.734	354.503	697.277	950.454
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	20.669	57.541	48.101	76.723
Debêntures	13	268.515	274.134	578.465	274.134
Passivo de arrendamento	12	-	-	57.359	61.957
Contrato oneroso	11	-	-	40.527	48.770
Impostos e contribuições a pagar	16	-	-	99	185
Provisão para perda de investimento	8	3.469	2.535	3.469	2.535
Parcelamento de impostos		1.831	-	3.824	3.290
Provisões para demandas judiciais	14	29	40	6.232	4.964
Contas a pagar - partes relacionadas	17	4.999	83.937	-	-
Outras contas a pagar		-	-	237	1.245
Total do passivo não circulante		299.512	418.187	738.313	473.803
Patrimônio líquido	19				
Capital social		1.483.831	1.483.831	1.483.831	1.483.831
Reservas de capital		141.746	143.462	141.746	143.462
Ágio/deságio em transação de capital		(867.020)	(867.020)	(867.020)	(867.020)
Reserva de lucros		162.353	160.433	162.353	160.433
Custo na emissão de ações		(58.247)	(58.247)	(58.247)	(58.247)
Outros resultados abrangentes		(6.869)	(4.669)	(6.869)	(4.669)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		855.794	857.790	855.794	857.790
Participação de acionistas não controladores		-	-	271	2.570
Total do patrimônio líquido		855.794	857.790	856.065	860.360
Total do passivo e patrimônio líquido		1.229.040	1.630.480	2.291.655	2.284.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	20	-	-	1.029.771	1.006.447
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(684.634)	(634.560)
Lucro bruto		-	-	345.137	371.887
Despesas com vendas	21	-	-	(7.885)	(72.759)
Despesas gerais e administrativas	21	(1.225)	(5.426)	(188.039)	(182.461)
Resultado de equivalência patrimonial	8	80.704	95.036	2.055	610
Outras (despesas) e receitas operacionais		(5.192)	(505)	(1.219)	10.399
Lucro antes do resultado financeiro		74.287	89.105	150.049	127.676
Receitas financeiras	22	3.211	11.343	20.739	31.451
Despesas financeiras	22	(74.954)	(123.559)	(152.257)	(157.382)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		2.544	(23.111)	18.531	1.745
Imposto de renda e contribuição social	16.1	(26)	-	(16.883)	(27.260)
Imposto de renda e contribuição social – corrente		(26)	-	(5.369)	(21.769)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	(11.514)	(5.491)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		2.518	(23.111)	1.648	(25.515)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício atribuído a					
Acionistas controladores		-	-	2.518	(23.111)
Acionistas não controladores		-	-	(870)	(2.404)
Lucro (Prejuízo) líquido por ação ordinária – básico - em reais	23	0,0070	(0,0639)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.518	(23.111)	1.648	(25.515)
Outros resultados abrangentes	(2.200)	(584)	(2.200)	(584)
Total de resultado abrangente do exercício	318	(23.695)	(552)	(26.099)
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	318	(23.695)
Acionistas não controladores	-	-	(870)	(2.404)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital				Reserva de lucros				Lucro /(Prejuízo) do exercício	Outros resultados abrangentes e ajustes	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ágio na subscrição de ações	Custo na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento	Ágio/deságio em transação de capital					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.483.831	62.618	72.000	(58.247)	18.041	22.371	151.448	(867.020)	-	(4.085)	880.957	6.459	887.416
Plano de opção de compra de ações	-	8.844	-	-	-	-	(8.316)	-	-	-	528	-	528
Efeito da alteração de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.485)	(1.485)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.111)	-	(23.111)	(2.404)	(25.515)
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	(23.111)	-	23.111	-	-	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(584)	(584)	-	(584)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.483.831	71.462	72.000	(58.247)	18.041	22.371	120.021	(867.020)	-	(4.669)	857.790	2.570	860.360
Plano de opção de compra de ações	15	-	(1.716)	-	-	-	-	-	-	-	(1.716)	-	(1.716)
Efeito da alteração de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.429)	(1.429)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.518	-	2.518	(870)	1.648
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	126	-	-	-	(126)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(598)	-	(598)	-	(598)
Constituição Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	1.794	-	(1.794)	-	-	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.200)	(2.200)	-	(2.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.483.831	69.746	72.000	(58.247)	18.167	22.371	121.815	(867.020)	-	(6.869)	855.794	271	856.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro / (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		2.544	(23.111)	18.531	1.745
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais					
Ajuste a valor presente líquido	23	-	-	1.048	465
Depreciação e amortização	9,10,12	114	28	98.546	94.018
Resultado de equivalência patrimonial	DRE	(80.704)	(95.036)	(2.055)	(610)
Fundo Promocional		-		(6.847)	-
Baixa E-bank		-		190	-
Provisão de pagamento de impostos		3.255		3.255	-
Juros de empréstimos, debêntures, arrendamentos, parcelamentos fiscais e ex-acionistas	12,13	62.743	118.363	122.958	131.455
Baixa – Investimento Colômbia	8	5.192	-	-	-
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	22	-	-	1.484	4.534
Recuperação de créditos vencidos	7	-	-	1.405	1.744
Resultado de instrumentos financeiros		-	-	987	2.708
Apropriação – Custo na emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.663	3.882	6.545	3.882
Perda efetiva de crédito		-	-	-	17.339
Provisão para desmantelamento – baixa (Reversão de) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	-	(4.326)
		(11)	(68)	4.963	3.581
Despesas com plano de opção de ações	15	(1.716)	528	(1.716)	528
Contrato Oneroso	11		-	(8.243)	(8.243)
Variação cambial		59	(524)	(1.738)	(2.513)
Valor residual da baixa de ativo imobilizado, intangível e arrendamento	9,10,12	-	-	13.040	13.252
Redução (aumento) em ativos					
Contas a receber		-	-	(22.196)	(73.599)
Outros ativos		969	(2.403)	(2.085)	(9.652)
Contas a receber - partes relacionadas		7.852	(2.407)	(960)	6.217
Aumento (redução) em passivos					
Fornecedores		436	(1.266)	7.049	9.788
Salários e encargos sociais		(5)	33	3.885	19.076
Impostos e contribuições a pagar		(2.694)	(128)	(3.736)	13.721
Contas a pagar - partes relacionadas		(78.938)	29.260	814	4.216
Receita diferida			-	8.653	951
Juros pagos – Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	(59.537)	(119.412)	(111.927)	(126.720)
Pagamento parcelamento de impostos			-	(2.980)	(3.699)
Demais contas a pagar		(960)	(76)	(213)	2.661
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	-	-	(3.695)	(4.738)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(6.296)	(23.387)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(136.738)	(92.337)	118.666	74.394

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Pagamento – Ex – acionista		(870)	(8.633)	(1.581)	(1.367)
Aquisição de Imobilizado	9	-	-	(24.487)	(41.875)
Aquisição de Intangível	10	-	-	(4.535)	(3.535)
Recebimento de juros sobre capital próprio		23.000	-	-	-
Redução / Aumento de Capital		143.849	-	-	-
Dividendos Recebidos		294.542	-	-	-
Envio de Caixa - Colômbia	8	-	(5.512)	-	-
Venda de Imobilizado		-	-	4.209	7.396
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		460.521	(14.145)	(26.394)	(39.381)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	371.500	-	814.078	5.056
Custo na emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(17.594)	(117)	(30.249)	(117)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures – principal	13	(687.231)	(55.721)	(790.624)	(87.228)
Liquidação – Títulos e valores mobiliários		-	-	20.000	-
Recebimento – Instrumentos financeiros		-	-	1.434	-
Contraprestação de arrendamentos	12	-	-	(40.805)	(33.156)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(333.325)	(55.838)	(26.166)	(115.445)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		(9.542)	(162.320)	66.106	(80.432)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.959	178.279	157.962	238.394
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.417	15.959	224.068	157.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	-	-	1.183.236	1.149.598
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.189.532	1.166.510
Outras receitas	-	-	(4.543)	(12.378)
Provisão/reversão de perdas crédito esperada	-	-	(1.753)	(4.534)
Insumos adquiridos de terceiros	(7.499)	(4.856)	(255.310)	(253.103)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(67.502)	(55.178)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.499)	(4.856)	(178.236)	(186.740)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(9.572)	(11.185)
Valor adicionado bruto	(7.499)	(4.856)	927.926	896.495
Retenções	(114)	(27)	(87.988)	(87.764)
Depreciação e amortização	(114)	(27)	(87.988)	(87.764)
Valor adicionado líquido produzido	(7.613)	(4.883)	839.938	808.731
Valor adicionado recebido em transferência	83.915	106.379	22.794	32.061
Receitas financeiras	3.211	11.343	20.739	31.451
Resultado de equivalência patrimonial	80.704	95.036	2.055	610
Valor adicionado total a distribuir	76.302	101.496	862.732	840.792
Distribuição do valor adicionado	(76.302)	(101.496)	(862.732)	(840.792)
Pessoal	1.290	(836)	(399.514)	(392.945)
Remuneração direta	(426)	(308)	(258.672)	(249.962)
Benefícios	1.716	(528)	(115.134)	(116.807)
FGTS	-	-	(25.708)	(26.176)
Impostos, taxas e contribuições	(120)	(172)	(232.790)	(243.409)
Federais	(90)	(52)	(173.004)	(186.510)
Estaduais	-	-	-	(30)
Municipais	(30)	(120)	(59.786)	(56.869)
Remuneração de capitais de terceiros	(74.954)	(123.599)	(228.780)	(229.953)
Aluguéis	-	(20)	(76.523)	(72.571)
Despesas financeiras	(74.954)	(123.559)	(152.257)	(157.382)
Outros	-	(20)	-	-
Remuneração de capitais próprios	(2.518)	23.111	(1.648)	25.515
(Lucro) / Prejuízo retido do exercício	(2.518)	23.111	(1.648)	25.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A MPM Corpóreos S.A. ("MPM") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida do Eucaliptos, no. 763 - Sala 02, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código ESPA3. A MPM foi constituída em 04 de novembro de 2016, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta e indireta no capital de companhias dedicadas à atividade de prestação de serviços fisioterapêuticos. A MPM e suas controladas são, em conjunto, chamadas "Companhia" ou o "Grupo". A Companhia tem como controlador o bloco contendo os acionistas: Ygor Alessandro de Moura e Paulo José de Iász de Moraes, SMZXP Participações LTDA e Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo dispunha de 599 lojas próprias (617 em 31 de dezembro de 2023), e 273 lojas franqueadas em funcionamento (233 em 31 de dezembro de 2023).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, sendo sua moeda funcional o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua (sendo que as operações internacionais contidas no Chile e Argentina, foram convertidas para a moeda de apresentação).

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico de cada transação, exceto pelos instrumentos financeiros e derivativos, que foram mensurados pelos seus valores justos e pela operação hiperinflacionária contida na Argentina, que é ajustado a cada fechamento contábil para refletir os efeitos da hiperinflação. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos (com exceção da Argentina).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

A Administração do Grupo aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPC 07, Evidenciação na Divulgação de Relatórios Contábil – Financeiro de Propósito Geral, emitida pelo CPC em novembro de 2014 e Deliberação CVM nº 727/14. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e conclui que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não possui conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025.

3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da MPM Corpóreos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.Base de consolidação--Continuação

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as entidades do grupo incluídas nas informações intermediárias consolidadas, são eliminados integralmente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem as seguintes controladas:

	% Participação			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
A Lisa Depilação A Laser S.A.	24,50%	51,00%	24,50%	51,00%
APL Participações Societárias S.A. (c)	-	-	100,00%	-
Aut Estética S.A. (c)	-	-	100,00%	-
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda.	66,70%	-	66,70%	-
Corpóreos Colômbia SAS (a)	-	-	100,00%	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Estudioface - Serviços Estéticos LTDA	100,00%	-	100,00%	-
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
EL Commerce -- Plataforma Digital Para Intermediação De Negócios Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
EL Franchising Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
EL Participações S.A. (c)	-	-	-	100,00%
TL Franchising Ltda. (c)	-	-	100,00%	-
M&M Holdings de Participações Societárias Ltda. (c)	-	-	-	100,00%
EL Participações e Administração Ltda. (c)	-	-	100,00%	-
E-Bank Capital Fundo de Investimentos (b)	-	-	-	60,00%

(a) Em 26 de janeiro de 2024, a MPM Corpóreos S.A. vendeu sua participação de 100% na Corpóreos Colômbia S.A.S por USD 100 mil, tornando-a franquia a partir de fevereiro/2024. Veja nota explicativa nº 8;

(b) Em 08 de maio de 2024, houve a liquidação antecipada e definitiva do E-Bank Capital Fundo de Investimentos. O resgate da totalidade das cotas de emissão do Fundo foi realizado de forma proporcional ao percentual da participação de cada Cotista. O total de cotas em aberto foi transferido para M&M Holding;

(c) Em 27 de novembro de 2024, foi deliberado e aprovado em AGE sobre a incorporação e acervo líquido das seguintes empresas: APL Participações Societárias S.A. R\$ 0, AUT Estética Ltda R\$ 0, EL Participações S.A. R\$ 14.767, TL Franchising Ltda R\$ 2, M&M Holdings de Participações Societárias Ltda R\$ 7.948, EL participações e Administração Ltda R\$ 0 pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., com base em laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis (incorporações realizadas dentro do mês mencionado).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e suas controladas.

4.1. Combinações de negócios e ágio

Em uma combinação de negócios, inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.2. Investimento em joint venture

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os julgamentos efetuados na apuração de controle conjunto são semelhantes àqueles utilizados para determinar controle em relação às subsidiárias.

A única *joint venture* da Companhia é a HG-Arg S.A., sobre a qual a Companhia possui 51% de suas ações ordinárias. A HG-Arg S.A. opera as lojas de depilação a laser e detém os direitos sobre a marca Definit na Argentina, marca utilizada para comercialização do serviço de depilação a laser no país.

Apesar de possuir a maioria das ações, o acordo de acionistas prevê que decisões estratégicas e que afetam diretamente o retorno dos investidores devem ser tomadas em conjunto, enquanto nenhum dos acionistas detenha individualmente participação societária superior a 65% das ações ordinárias. Dessa forma, a Administração concluiu que não possui controle dessa investida, e classificou esse investimento como *joint venture*, conforme previsto no CPC 18 (R2)/IAS 28.

O investimento da Companhia na HG-Arg S.A. é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.2. Investimento em joint venture--Continuação

O ágio relativo à *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida é apresentada na conta Outros Resultados Abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações financeiras da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil na conta de Investimentos, e reconhece a perda na Demonstração do Resultado.

Ao perder controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da *joint venture*, no momento da perda de controle conjunto, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos na Demonstração de Resultado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura os instrumentos financeiros e derivativos ao valor justo em cada data de encerramento do exercício.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

4.4. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. A joint venture HR-Arg S.A. possui como moeda funcional o Peso Argentino e a controlada Cella – Clínica Estética Láser Alemán Ltda. possui como moeda funcional o Peso Chileno.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.4. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira--Continuação

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de encerramento do exercício. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Investimento no exterior

Os ativos e passivos da joint venture e controladas são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, com exceção da Argentina que há conversão pela taxa de fechamento (tanto para o balanço, quanto para o resultado). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes, considerando a participação societária da Companhia na investida.

No momento da baixa do investimento no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa investida, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

Devido à joint venture atuar em um ambiente de economia hiper inflacionária, as demonstrações financeiras da HR-Arg S.A. são inicialmente atualizadas em termos de unidade de mensuração corrente em Pesos Argentinos no final do período de relatório, conforme previsto no CPC 42/IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiper inflacionária. Somente após atualização é que os saldos e transações são convertidos para Reais para fins de registro de equivalência patrimonial e reconhecimento de diferenças cambiais em outros resultados abrangentes.

4.5. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

4.7. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e estão demonstrados na Nota Explicativa 9.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (representados substancialmente por ágio) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.9. Arrendamentos--Continuação

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso, trazido a valor presente). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.9. Arrendamentos--Continuação

A Companhia como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes.

Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.11. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também nesse grupo. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.11. Tributos--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.11. Tributos--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia e suas controladas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais correntes líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as vendas

Despesas, passivos e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais individuais e consolidados.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.12. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente em consequência de eventos passados. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contrato oneroso

A obrigação presente do contrato oneroso é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Refere-se à passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição pela MPM. Vide Nota Explicativa 11.

4.13. Receita de contrato com cliente

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços fisioterapêuticos na área de depilação a laser, estética facial e estética corporal. Devido à característica de suas atividades operacionais, a Companhia possui obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são efetivamente prestados, que é caracterizado pelo cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.13. Receita de contrato com cliente--Continuação

No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. Os montantes dos serviços a serem prestados são reconhecidos no passivo circulante, na conta de receita diferida, e são apropriados conforme a obrigação de desempenho é satisfeita.

A Administração exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita. Os critérios de apropriação da receita estão descritos na Nota Explicativa 20.

Receita Diferida

A receita diferida consiste na obrigação de prestação de serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes dos serviços serem prestados pela Companhia ou suas controladas, uma receita diferida é reconhecida quando o pagamento for efetuado. As receitas diferidas são reconhecidas como receitas quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato.

Receita de royalties e taxa de franquia

As receitas da controlada EL Franchising correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de franquias e royalties realizadas no curso regular das atividades da Companhia, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre essas receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas de franquias é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando os treinamentos foram devidamente concedidos aos franqueados, transferindo assim o *know-how*.

As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas de royalties são reconhecidas com base em percentual cobrado sobre as vendas efetuadas pelas franqueadas, independente da forma como essa venda será recebida, se à vista ou de forma parcelada, conforme acordo firmado com franqueados. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.14. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros, variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, ao custo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); e

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente das categorias custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas, classificados no ativo circulante e não circulante.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos financeiros derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais, de acordo com a política vigente.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, conta a pagar a ex-acionistas, contas a pagar a partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC48/IFRS 9 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.16. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros.

Em 07 de março de 2024, a Companhia liquidou seu passivo em moeda estrangeira composto de empréstimos para capital de giro e swap (operação estruturada 4131) junto ao Banco Itaú.

A Companhia não aplica a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) prevista no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

4.17. Dividendos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

4.18. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados. Estas obrigações são provisionadas para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados no resultado ao longo do exercício a que se referem. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de custo dos serviços prestados, despesas com comercialização de serviços e despesas gerais e administrativas.

4.19. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.19. Transações envolvendo pagamento baseado em ações--Continuação

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota Explicativa 15) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em Reserva de Capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*).

A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.19. Transações envolvendo pagamento baseado em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito.

Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. Todas as outorgas realizadas pela Companhia até o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 são transações com títulos patrimoniais.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.20. Prejuízo / lucro por ação

O prejuízo / lucro básico por ação é calculado dividindo-se o prejuízo / lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O prejuízo / lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do prejuízo / lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o prejuízo / lucro por ação.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.21. Segmento operacional

Como forma de gestão dos negócios, a administração classificou suas operações em Laser, Operação Internacional e Franquias (royalties). Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Laser -corresponde substancialmente ao tratamento de depilação oferecido aos seus clientes nas lojas próprias através da marca “Espaçolaser”;
- Operação Internacional – em dezembro 2024, possuímos operação de depilação a laser nos seguintes países além do Brasil: Chile e Argentina;
- Franquias (*royalties*) - por meio de sua controlada EL Franchising, esse segmento oferece aos potenciais investidores a oportunidade de se tornarem franqueados das marcas citadas acima, a rentabilidade desse segmento se dá substancialmente pela cobrança de royalties.

4.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuadas alterações e revisões nos seguintes pronunciamentos, envolvendo os seguintes assuntos:

Alterações ao IAS 7 e FRS 17 – Acordos de financiamento de fornecedores

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das políticas contábeis--Continuação

4.23. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- (a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras – O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, todas as despesas e receitas deverão estar classificadas entre: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas.
- (b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
- (c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
- (d) Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhum pronunciamento.

4.24. Condições Climáticas

A Companhia é engajada em temas sustentáveis, e considera que sua atividade principal, a depilação a laser, é uma alternativa mais sustentável em comparação a métodos tradicionais, como cera e lâmina. Além disso, reforçando seu engajamento com a agenda ASG, a Companhia contratou uma consultoria para desenvolver sua matriz de materialidade e diagnóstico ASG. Até o momento, tem trabalhado internamente em iniciativas do plano de ação para se adequar às futuras normas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 10.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e controladas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa 7.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Reconhecimento de receita

Devido à característica de suas atividades operacionais, as controladas da Companhia possuem obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação pelos clientes, mediante a contratação de pacotes de serviços. No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são efetivamente prestados. A Companhia exerce julgamento para determinar o prazo em que a obrigação de desempenho é satisfeita. Para isso, a Administração efetuou estudos para determinar esse prazo, que combina padrões de utilização dos serviços pelos clientes. Quaisquer alterações significativas no prazo de utilização afetam de forma relevante o prazo de reconhecimento da receita de prestação de serviços.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Companhia utiliza o modelo Binomial.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	6	3	11.558	10.087
Aplicações financeiras	6.411	15.956	212.510	147.875
Total	6.417	15.959	224.068	157.962

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha R\$ 1.049 (R\$ 1.209 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado de saldos bancários denominados em pesos chilenos sobre o qual não há remuneração.

Os equivalentes de caixa podem ser resgatados a qualquer momento, são de curto prazo e não sofrem risco de mudanças significativas de valores. As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações financeiras são representadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CDB	6.411	15.956	196.972	139.949
Operação compromissada	-	-	12.356	7.906
Equivalente de Caixa	-	-	3.182	20
Total	6.411	15.956	212.510	147.875

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 100,00% a 103,15% do CDI (idem em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas ao valor total da transação e ajustadas pela provisão para perda de crédito esperada, se necessário.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Proveniente de vendas por meio de:		
Administradoras de cartões de crédito (a)	833.556	812.359
Carteira E-bank Capital (d)	-	3.095
Taxa de franquias (b)	3.153	4.744
Serviços (royalties)	34.761	31.525
Taxa de Cartão (c)	(14.592)	(15.511)
Ajuste a Valor Presente	(10.108)	(9.171)
Provisão para perda de crédito esperada	(30.000)	(29.921)
Total	816.770	797.120
Ativo circulante	755.717	738.090
Ativo não circulante	61.053	59.030

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 18 meses;

(b) Taxa cobrada das franquias no momento de sua abertura;

(c) Custo adicional que é aplicado a cada transação que é realizada usando um cartão de crédito ou débito;

(d) Em 08 de maio de 2024, houve a liquidação antecipada e definitiva do E-bank Capital Fundo de Investimentos.

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	850.849	831.704
Títulos vencidos		
De 1 a 30 dias	11.752	12.104
De 31 a 90 dias	5.558	5.752
De 91 a 180 dias	896	1.397
De 181 a 360 dias	1.457	400
Acima de 361 dias	958	366
Total	871.470	851.723

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício foi:

	<u>Consolidado</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(37.588)
Constituição de provisão	(4.534)
Recuperação de créditos vencidos	1.744
Reversão da provisão	10.457
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(29.921)
Constituição de provisão	(1.484)
Recuperação de créditos vencidos	1.405
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(30.000)

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas consideram a taxa Selic 12,25% a.a. + 4,50% a.a. para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto a longo prazo em 31 de dezembro de 2024 (13,75% a.a. + 3,50% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

8. Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Investimentos	1.104.041	1.601.485	-	-
Provisão para perda de investimentos	(3.469)	(2.535)	(3.469)	(2.535)
	1.100.572	1.598.950	(3.469)	(2.535)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está representada abaixo:

	31/12/2023	Aumento / Redução de capital	Equivalência	Venda de Investimentos	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Efeito - Incorporações	Outros resultados abrangentes e demais ajustes	31/12/2024
EL Franchising Ltda.(c)	157.522	-	30.002	-	(99.000)	-	-	88.524
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (a)	1.377.982	(154.000)	54.262	-	(271.081)	-	-	1.007.163
A LISA Depilação a Laser S.A.	320	-	(28)	-	-	-	-	292
Estudioface - Servicos Esteticos Ltda (e)	(1.974)	4.223	(2.662)	-	-	-	-	(413)
EF Franchising Serviços Terapêuticos (e)	(3.318)	4.966	(976)	-	-	-	-	672
El Commerce - Plataforma Digital (e)	(568)	735	158	-	-	-	-	325
Cela - Clínica Estética Laser Alemán	9.608	-	(2.107)	-	-	-	(23)	7.478
HR-Arg S.A.	(2.535)	-	2.055	-	-	-	(2.989)	(3.469)
TL Franchising Ltda. (d)	(1)	-	-	-	-	1	-	-
Corpóreos Colômbia S.A.S. (b)	4.153	227	-	(5.192)	-	-	812	-
APL Participações Societárias S.A.(d)	49.117	-	-	-	-	(49.117)	-	-
Aut Estética S.A. (d)	8.644	-	-	-	-	(8.644)	-	-
Total	1.598.950	(143.849)	80.704	(5.192)	(370.081)	(57.760)	(2.200)	1.100.572

- (a) Em 05 de março de 2024, a Companhia aprovou através de Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital da Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. no valor de R\$ 154.000, bem como a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 219.542. Em 16 de dezembro de 2024 o conselho de administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 23.000. Após o encerramento de exercício, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. realizou a constituição de dividendos mínimos obrigatórios no valor R\$ 28.539.
- (b) Em 05 de janeiro de 2024, a MPM Corpóreos S.A. realizou um aporte de capital na controlada Corpóreos Colômbia S.A.S no montante de R\$ 227 mediante contrato de câmbio com a Fair Corretora de Câmbio. Em 26 de janeiro de 2024, a MPM Corpóreos S.A vendeu sua participação de 100% na Corpóreos Colômbia S.A.S por USD100 (mil), tornando-a franquia a partir de fevereiro/2024. O valor total de investimento (R\$ 5.192) foi baixado e sendo assim, a Corpóreos Colômbia S.A.S não faz mais parte do quadro societário da Companhia;
- (c) Em 26 de setembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 75.000 pela EL Franchising Ltda à MPM Corpóreos S.A. Após o encerramento de exercício, a EL Franchising Ltda realizou a constituição de dividendos mínimos obrigatórios no valor R\$ 24.000.
- (d) Em 27 de novembro de 2024, foi deliberado em AGE sobre a incorporação das seguintes empresas: APL Participações Societárias S.A., AUT Estética Ltda, El Participações S.A., TL Franchising Ltda, M&M Holdings de Participações Societárias Ltda, El participações e Administração Ltda pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., com base em laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, ficando residual apenas o ágio das empresas apresentadas acima;
- (e) Em 02 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital da Estudioface – Serviços Estéticos Ltda, EF Franchising Serviços Terapêuticos e EL Commerce – Plataforma Digital no valor total de R\$ 9.924.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada abaixo:

	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência	Outros resultados abrangentes e demais ajustes	31/12/2023
EL Franchising Ltda.	148.224	-	9.298	-	157.522
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	769.712	510.604	97.666	-	1.377.982
A LISA Depilação a Laser S.A.	244	-	76	-	320
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda	(1.279)	-	(695)	-	(1.974)
EF Franchising Serviços Terapêuticos	(2.086)	-	(1.232)	-	(3.318)
EI Commerce - Plataforma Digital	(620)	-	52	-	(568)
Cela - Clínica Estética Láser Alemán	15.358	-	(5.915)	165	9.608
HR-Arg S.A.	(1.913)	-	610	(1.232)	(2.535)
TL Franchising Ltda.	1	-	(2)	-	(1)
Corpóreos Colômbia S.A.S.	2.848	5.512	(4.690)	483	4.153
APL Participações Societárias S.A.	49.205	-	(88)	-	49.117
Aut Estética S.A.	8.688	-	(44)	-	8.644
Total	988.382	516.116	95.036	(584)	1.598.950

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Investimentos--Continuação

O sumário das informações financeiras das empresas controladas, diretas e indiretas no consolidado estão apresentados a seguir:

2024	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
EL Franchising Ltda	38.667	13.735	27.699	1.270	23.433	33.630
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	970.246	1.088.258	615.476	435.820	1.007.208	54.251
A Lisa Depilação A Laser S.A.	1.332	304	443	-	1.193	(114)
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda	665	-	1.073	5	(413)	(2.662)
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	708	68	105	-	671	(976)
EL Commerce	184	152	11	-	325	158
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda	13.372	15.913	23.032	7.352	(1.099)	(2.528)
TL Franchising Ltda	-	-	-	-	-	-
Corpóreos Colômbia S.A.S.	2.383	6.530	3.649	-	5.264	830
APL Participações Societárias S.A.	-	-	-	-	-	-
AUT Estética S.A.	-	-	-	-	-	-
EI Participações S.A.	-	-	-	-	-	-
M&M Holdings de Participações Societárias	-	-	-	-	-	-
E-bank Capital	-	-	-	-	-	-

2023	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
EL Franchising Ltda	84.905	10.241	4.326	2.017	88.803	12.923
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	824.107	1.223.829	560.059	109.841	1.378.036	97.667
A Lisa Depilação A Laser S.A.	1.487	372	477	75	1.307	311
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda	1.019	1.099	1.214	2.878	(1.974)	(693)
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	732	173	152	4.072	(3.319)	(1.219)
EL Commerce	432	360	15	1.345	(568)	53
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda	8.218	16.221	14.288	8.688	1.463	(8.239)
TL Franchising Ltda	-	93	-	94	(1)	(2)
Corpóreos Colômbia S.A.S.	2.844	6.586	5.274	-	4.156	(4.695)
APL Participações Societárias S.A.	-	-	-	-	-	(18)
AUT Estética S.A.	-	-	-	-	-	(28)
EI Participações S.A.	-	14.767	-	-	14.767	3
M&M Holdings de Participações Societárias	5.714	1.812	47	20	7.459	744
E-bank Capital	3.114	-	94	-	3.020	659

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a expectativa de vida útil dos bens, conforme indicada a seguir:

	Consolidado													
	Benfeitorias propriedade de terceiros		Computadores e periféricos	Equipamentos de laser	Equipamento laser poder de terceiros		Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Utensílios e equipamentos	Imóveis	Imobilizado em Andamento	Provisão para baixa de imobilizado	Total imobilizado
Taxa de depreciação	4% a 20%	20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10%	20%	10%	25%					
Custo ou avaliação														
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.142	19.596	306.647	699	7.166	8.231	1.196	9.115	638	18.652	(343)	449.739		
Adições	11.945	3.448	15.834	618	1.470	125	200	10	-	7.882	343	41.875		
Transferências entre contas	-	-	26.105	-	-	-	-	-	-	(26.105)	-	-		
Baixas	(3.308)	(1.991)	(9.663)	(182)	(106)	(163)	(145)	(35)	-	(429)	-	(16.022)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	86.779	21.053	338.923	1.135	8.530	8.193	1.251	9.090	638	-	-	475.592		
Adições	8.266	2.533	10.687	-	1.724	970	77	24	-	206	-	24.487		
Baixas	(3.759)	(2.461)	(10.467)	-	(661)	(130)	(481)	(45)	-	-	-	(18.004)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	91.286	21.125	339.143	1.135	9.593	9.033	847	9.069	638	206	-	482.075		
Depreciação														
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(10.393)	(7.683)	(99.099)	(9)	(3.565)	(3.565)	(172)	(2.985)	(98)	-	-	(127.569)		
Depreciação do exercício	(4.489)	(2.829)	(32.575)	(621)	(673)	(775)	(171)	(964)	(26)	-	-	(43.123)		
Baixa	663	1.124	4.931	119	37	65	138	7	-	-	-	7.084		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(14.219)	(9.388)	(126.743)	(511)	(4.201)	(4.275)	(205)	(3.942)	(124)	-	-	(163.608)		
Depreciação do exercício	(4.573)	(2.921)	(34.359)	(70)	(780)	(829)	(130)	(954)	(26)	-	-	(44.642)		
Baixa	384	490	4.153	-	427	76	93	29	-	-	-	5.652		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(18.408)	(11.819)	(156.949)	(581)	(4.554)	(5.028)	(242)	(4.867)	(150)	-	-	(202.598)		
Valor líquido														
Saldos em 31 de dezembro de 2022	67.749	11.913	207.548	690	3.601	4.666	1.024	6.130	540	18.652	(343)	322.170		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.560	11.665	212.180	624	4.329	3.918	1.046	5.148	514	-	-	311.984		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	72.878	9.306	182.194	554	5.039	4.005	605	4.202	488	206	-	279.477		

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível

O saldo de intangível está composto da seguinte forma:

	Controladora			
	Licenças de uso	Software	Ágio por rentabilidade futura	Total intangível
Custo ou avaliação				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20	5	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20	5	-	25
Incorporação de empresas	-	-	57.272	57.272
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20	5	57.272	57.297
Amortização				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(19)	-	-	(19)
Amortização do exercício	(1)	(2)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(20)	(2)	-	(22)
Amortização do exercício	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(20)	(3)	-	(23)
Valor líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	5	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	3	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	2	57.272	57.274

Consolidado								
	Licenças de uso	Software	Ponto Comercial	Ágio por rentabilidade futura	Mais-valia de contrato de franquia	Marca EspaçoLaser (a)	Mais-valia não competição	Total intangível
Custo ou avaliação								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	39.015	5.915	-	664.149	19.026	201.882	1.594	931.581
Adições	185	2.181	1.169	-	-	-	-	3.535
Baixas	(1.738)	(9)	-	-	-	(19)	-	(1.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.462	8.087	1.169	664.149	19.026	201.863	1.594	933.350
Adições	314	4.221	-	-	-	-	-	4.535
Baixas	(2.606)	(68)	-	-	-	(20)	-	(2.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35.170	12.240	1.169	664.149	19.026	201.843	1.594	935.191
Amortização								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(23.682)	(3.827)	-	-	(9.651)	(72.231)	(389)	(109.780)
Amortização do exercício	(3.269)	(996)	-	-	(3.580)	(11.871)	-	(19.716)
Baixas	1.108	6	-	-	-	-	-	1.114
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.843)	(4.817)	-	-	(13.231)	(84.102)	(389)	(128.382)
Amortização do exercício	(1.983)	(1.461)	(234)	-	(3.133)	(11.871)	-	(18.682)
Baixas	2.036	32	-	-	-	15	-	2.083
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(25.790)	(6.246)	(234)	-	(16.364)	(95.958)	(389)	(144.981)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.333	2.088	-	664.149	9.375	129.651	1.205	821.801
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.619	3.270	1.169	664.149	5.795	117.761	1.205	804.968
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.380	5.994	935	664.149	2.662	105.885	1.205	790.210

(a) Refere-se à ativo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda., no montante de R\$201.882 referente a Marca EspaçoLaser. A vida útil da Marca EspaçoLaser é de 17 anos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível – Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor recuperável, a taxa de amortização praticada é de 20% a.a.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de *impairment*.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível - Continuação

Unidades geradoras de caixa – Laser (“Espaçolaser” e Franquias (“EL”))

As premissas abaixo foram utilizadas para todas as unidades geradoras de caixa segregadas para realização do Teste de *Impairment* entre UGC Espaçolaser (valor do ágio R\$ 656.133) e UGC EL (valor do ágio R\$ 8.016).

- (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro – 15,6% a.a. (14,3% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado;
- (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de crescimento de longo prazo (após 5 anos) de 3,0% a.a. (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2023);
- (iii) Crescimento de receita: no período de 2025 a 2029, a taxa de crescimento da receita de em média 5,7% a.a. (13,3% a.a. em 31 de dezembro de 2023) foi estimada com base no histórico de vendas para cada loja e também no potencial de crescimento para cada região;
- (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista; e
- (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a captação de novos clientes.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

- (i) Taxa de desconto; e
- (ii) Crescimento na perpetuidade.

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);

Não houve registro de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Contrato Oneroso

O Contrato Oneroso refere-se à passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição pela MPM. O montante original identificado foi de R\$ 115.400 com prazo de amortização de 14 anos.

O total da amortização registrada no exercício de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 8.243 (R\$ 8.243 em 31 de dezembro de 2023).

O saldo total de amortização acumulada desde o início do contrato foi de R\$ 66.630. Sendo assim, o saldo total do passivo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 48.770, sendo R\$ 8.243 no curto prazo e R\$ 40.527 no longo (R\$ 57.013 em 31 de dezembro de 2023).

12. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de diversos imóveis, que são utilizados para a prestação dos serviços de depilação de seus clientes. Os prazos de arrendamento desses imóveis variam entre 2 a 5 anos (sendo que a maioria dos contratos, apresentam o prazo de 5 anos). As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os exercícios de 2024 e 2023:

	Direito de Uso (Consolidado)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	64.474
Adições	29.745
Amortização	(31.178)
Remensuração	31.568
Baixa	(5.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	89.116
Amortização	(35.222)
Remensurações / Renovações	28.320
Baixa	(1.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	80.359

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Direito de uso e arrendamentos – Continuação

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante os exercícios de 2024 e 2023:

	Passivo de arrendamento (Consolidado)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.637
Adições	29.745
Juros	7.182
Remensuração	31.568
Baixas	(1.830)
Pagamentos	(33.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	94.146
Juros	8.254
Remensuração / Renovações	28.320
Baixas	(1.781)
Pagamentos	(40.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	88.134
Circulante	30.775
Não circulante	57.359

Não há contratos de arrendamento firmados pela Controladora.

O cronograma de vencimentos das parcelas não circulantes do passivo de arrendamento é como segue:

Ano	Total - Consolidado
2025	27.026
2026	17.739
2027	9.905
2028	2.689
Total	57.359

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$ 3.936 no consolidado (R\$ 4.282 em 31 de dezembro de 2023).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento das controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, as controladas calcularam para fins de divulgação os saldos de arrendamento considerando a taxas de juros incremental real. Nesse cálculo, o saldo do passivo foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontando pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

A comparação dos saldos de arrendamentos descontados pela taxa de juros nominal (contabilizado) e taxa de juros real está abaixo demonstrada, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O cenário 1 considera a projeção do fluxo com inflação, e o cenário 2 considera a projeção do fluxo sem inflação (CPC 06 (R2) IFRS 16/IFRS 16):

	Cenário	Taxa (% a.a.)	Total
Ativo por direito de uso	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	153.901
Ativo por direito de uso	2- CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	139.600
Passivo de arrendamento	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	(215.184)
Passivo de arrendamento	2- CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	(195.297)
Encargos financeiros	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	(14.747)
Encargos financeiros	2- CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	(13.382)
Despesa de depreciação	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	81.648
Despesa de depreciação	2- CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	74.076
Total de despesa	1 - c/ inflação	6,7% a 19,5%	66.901
Total de despesa	2- CPC 06 R2	4,8% a 13,6%	60.694

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

				Controladora			
				31/12/2024		31/12/2023	
				Não			
				Circulante	circulante	Total	Total
Em moeda local	Modalidade	Vencimento	Taxa				
Consórcio de Bancos (a)(c)	Debêntures	Fev/29	CDI + 4,50% a.a.	64.751	268.515	333.266	565.717
Santander (f)	Empréstimo 4131		CDI + 4,50% a.a.	-	-	-	118.100
Safra	Nota de Crédito	Fev/29	CDI + 4,50% a.a.	4.427	20.669	25.096	-
Total				69.178	289.184	358.362	683.817
				Consolidado			
				31/12/2024		31/12/2023	
				Não			
				Circulante	circulante	Total	Total
Em moeda local	Modalidade	Vencimento	Taxa				
Santander	Leasing Financeiro	Nov/24	CDI + 5,94% a.a.	-	-	-	17.676
Consórcio de Bancos (a)(b)(c)	Debêntures	Fev/29	CDI + 4.50% a.a.	140.276	578.465	718.741	565.717
Safra	Nota de Crédito	Fev/29	CDI + 4.50% a.a.	4.427	20.669	25.096	-
Banco do Brasil	CCB	Out/28	CDI + 2,92% a.a.	891	26.299	27.190	-
Bradesco	Leasing Financeiro		26,49% a.a.	-	-	-	49
Em moeda estrangeira							
Itaú (d)	Empréstimo 4131		CDI + 3,50% a.a.	-	-	-	67.469
Santander (e) (f)	Empréstimo 4131		CDI + 4,50% a.a.	-	-	-	118.100
Banco Chile	Capital de Giro	Mar/26	3,50% a 10,68%	3.776	769	4.545	675
Banco Chile	Leasing Financeiro	Fev/26	5,12% a 6,56% aa	736	364	1.100	4.038
Itaú Colômbia	Leasing Financeiro		5,29% a 6,58% aa	-	-	-	1.148
Total				150.106	626.566	776.672	774.872

- (a) A Companhia MPM Corpóreos S.A em 19 de Fevereiro de 2024, celebrou o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia adicional Fidejussória, em série única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, no montante de 346.500 não Conversíveis em Ações. A Debênture de série única terá o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de fevereiro de 2029. Tal instrumento possui o "covenant financeiro" Dívida Líquida/Ebitda de 3,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2024, o Índice Dívida Líquida/Ebitda apurado foi de 2,12 vezes, estando assim, adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima;
- (b) A Controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. em 19 de Fevereiro de 2024, celebrou o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia adicional Fidejussória, em série única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, no montante de 386.500 Não Conversíveis em Ações. A Debênture de série única terá o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de fevereiro de 2029. Tal instrumento possui o "covenant financeiro" Dívida Líquida/Ebitda de 3,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2024, o Índice Dívida Líquida/Ebitda apurado foi de 2,12 vezes, estando assim, adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima;
- (c) A Companhia em 05 de Março de 2024 liquidou antecipadamente o Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da MPM Corpóreos S.A;
- (d) Os contratos de empréstimos relativos a Leasing Financeiro possuem garantia real (máquina laser), os empréstimos 4131 estabelecem obrigações restritivas ("Covenants"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais e (ii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor que 3,0x ao final de cada período. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos;
- (e) O saldo de aplicação financeira em Título de Capitalização, dados em garantia na operação de financiamento junto ao Banco Santander;
- (f) A Companhia em 07 de março de 2024 liquidou antecipadamente o empréstimo 4131 junto ao banco Santander.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

O cronograma de vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures não circulantes é conforme a seguir:

Ano	Controladora Valor	Consolidado Valor
2026	71.547	159.184
2027	87.347	190.500
2028	103.177	221.098
2029	27.113	55.784
Total	289.184	626.566

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Controladora

	Em 31 de dezembro de 2023	Pagamento de principal	Custo de Emissão pago	Custo de Emissão – Apropriação	Juros pagos	Novas Captações (*)	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	117.983	(118.356)	(425)	797	(5.809)	25.000	5.789	24.979
Debêntures	565.834	(568.875)	(17.169)	3.866	(53.728)	346.500	56.955	333.383
Total	683.817	(687.231)	(17.594)	4.663	(59.537)	371.500	62.744	358.362

	Em 31 de dezembro de 2022	Pagamento de principal	Custo de Emissão pago	Custo de Emissão Apropriação	Juros pagos	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos	127.137	(9.596)	(117)	415	(19.987)	20.131	117.983
Debêntures	609.920	(46.125)	-	3.467	(99.425)	97.997	565.834
Total	737.057	(55.721)	(117)	3.882	(119.412)	118.128	683.817

Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2023	Pagamento de principal	Custo de Emissão pago	Custo de Emissão Apropriação	Juros pagos	Novas captações (*)	Juros provisionados	Variação cambial	Baixa Colômbia (**)	Em 31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	209.038	(221.749)	(3.586)	1.097	(17.607)	81.078	10.231	462	(1.147)	57.817
Debêntures	565.834	(568.875)	(26.663)	5.448	(94.320)	733.000	104.431	-	-	718.855
Total	774.872	(790.624)	(30.249)	6.545	(111.927)	814.078	114.662	462	(1.147)	776.672

	Em 31 de dezembro de 2022	Pagamento de principal	Custo de Emissão pago	Custo de Emissão Apropriação	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos	248.785	(41.103)	(117)	415	(27.295)	5.056	25.932	(2.635)	209.038
Debêntures	609.920	(46.125)	-	3.467	(99.425)	-	97.997	-	565.834
Total	858.705	(87.228)	(117)	3.882	(126.720)	5.056	123.929	(2.635)	774.872

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(*) Substancialmente representado pelas debêntures anteriormente referidas;
(**) Reflexo da baixa do investimento na Colômbia evidenciada na NE 8 – Investimentos.

14. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais (incluído em outros ativos). As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

A movimentação da provisão durante os exercícios de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.674	1.137	3.310	6.121
Adições	3.397	464	1.077	4.938
Reversões e pagamentos	(1.676)	(1.136)	(3.283)	(6.095)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.395	465	1.104	4.964
Adições	4.472	822	10	5.304
Reversões	(331)	(10)	-	(341)
Pagamentos	(2.186)	(423)	(1.086)	(3.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.350	854	28	6.232

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda “possível” totalizam R\$ 28.193 (R\$ 34.945 em 31 de dezembro de 2023), e tem como natureza processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Plano de remuneração baseado em ações

Terceiro Programa

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de julho de 2021 foi aprovado o terceiro programa de remuneração baseada em ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019.

Quarto Programa

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de julho de 2022, foi aprovado o quarto programa de remuneração baseada em ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019.

Abaixo demonstramos a movimentação das Opções:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.495.050
Cancelamento das opções de ações	<u>(1.872.165)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.622.885
Cancelamento das opções de ações	<u>(2.186.311)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.436.574</u>

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados na data de outorga:

	<u>Outorgas de 2022</u>	<u>Outorgas de 2021</u>
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	0,76 até 1,02	3,98 até 7,34
Taxa de retorno livre de risco (%)	12,7%	4,4%
Prazo de vida esperado das opções	30/06/2027	30/06/2026
Modelo Utilizado	Binomial	Binomial

A Companhia reconheceu no período findo em 31 de dezembro de 2024, a reversão de despesa no montante de (R\$ 1.716), proveniente das prescrições de opções (quando o beneficiário perde o direito ao ILP antes de atingir o prazo de carência) relacionadas à saída de executivos da Companhia. (A Companhia reconheceu a despesa de R\$ 3.007 em 31 de dezembro de 2023).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	-	-	40.704	32.927
COFINS a recolher	1.762	6	20.431	16.000
IRPJ a recolher	42	42	4.100	13.794
CSLL a recolher	2	6	864	5.196
PIS a recolher	382	-	4.433	3.473
IRRF a recolher	13	14	5.166	4.554
Outros impostos a recolher	-	11	57	23
Total	2.201	79	75.755	75.967
Circulante	2.201	79	75.656	75.782
Não circulante	-	-	99	185

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Impostos e contribuições a pagar—Continuação

16.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.531	1.745
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(6.301)	(594)
Ajustes permanentes	(918)	(2.812)
Equivalência Patrimonial	699	207
Amortização mais-valia	-	(1.265)
Empresas com tributação no lucro presumido e Chile	5.060	(7.469)
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	(27.782)	(37.037)
Juros sobre Capital Próprio	7.820	-
Reconciliação do Diferido Ativo	-	13.923
Depreciação de Imobilizado de empresas incorporadas	-	6.664
Outros	4.539	1.123
Despesa de imposto de renda e contribuição	(16.883)	(27.260)
Alíquota efetiva	-91,11%	-1561,28%

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2024	2023
Arrendamento Mercantil	2.298	1.597
Provisão para perda de créditos esperada	9.868	10.044
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	19.529	18.714
Provisão Participação nos Resultados	2.261	2.020
Instrumentos derivativos não realizados	-	(823)
Provisões Contingências	2.104	1.529
Provisões Cartões de crédito	3.202	3.106
Provisão ISS s/ receita diferida	11.265	8.567
AVP – Contas a receber	3.433	3.113
Mais valia	2.853	2.599
Provisão PIS / COFINS	5.646	4.184
Amortização ágio fiscal (a)	(41.174)	(20.587)
Outros Efeitos	2.946	1.681
Total de IR e CS diferidos	24.231	35.744

(a) Conforme amortização do ágio (diferido passivo).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Impostos e contribuições a pagar—Continuação

Movimentação Imposto Diferido

Saldo em 31/12/2022	41.235
Adições	34.702
Baixas	(40.193)
Saldo em 31/12/2023	35.744
Adições	19.609
Baixas	(31.122)
Saldo em 31/12/2024	24.231

Demonstramos abaixo o saldo de imposto diferido ativo que não foi reconhecido no balanço:

	2023		2024	
	Valor Base	Efeito Tributário	Valor Base	Efeito Tributário
Ativos fiscais	-	-	-	-
Prejuízos fiscais acumulados	176.153	59.892	257.864	87.674

Δ Efeito Tributário – 2024 x 2023 = 27.782 (b)

(b) A MPM Corpóreos S.A, apresenta um prejuízo fiscal ativo que não prescreve conforme legislação tributária vigente. O prejuízo fiscal ativo não foi reconhecido pois, não há evidência que pudesse indicar sua recuperabilidade em um futuro próximo.

Demonstramos abaixo a movimentação das Diferenças Temporárias, Ágio e Prejuízo Fiscal:

	Diferenças Temporárias	Ágio	Prejuízo Fiscal	Total
Saldo em 31/12/2023	37.617	(20.587)	18.714	35.744
Adições	19.609	-	-	19.609
Baixas	(9.742)	(20.587)	(793)	(31.122)
Saldo em 31/12/2024	47.484	(41.174)	17.921	24.231

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Impostos e contribuições a pagar--Continuação

16.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social-- Continuação

b) Prejuízo fiscal, base negativa e Diferido Temporário Ativo

A controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas na evolução do resultado operacional descontado a valor presente.

A expectativa da Administração da Companhia de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2024
2025	7.466
2026	6.707
2027	6.340
2028	4.914
2029 em diante	(1.196)
Total IR CS Diferidos	24.231

16.2 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Antecipação IRPJ	-	-	14.084	18.042
Antecipação CSLL	-	-	5.470	6.650
IRPJ / IRRF a recuperar	4.981	3.994	9.788	8.719
COFINS a recuperar	-	-	57	607
CSLL a recuperar	-	13	155	532
PIS a recuperar	-	-	12	123
IR / CS – Saldo negativo	-	-	6.637	120
Outros Impostos a recuperar	3.206	-	8.977	5.937
Total	8.187	4.007	45.180	40.730

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são oriundas majoritariamente com transações que a Companhia mantém com suas controladas ou com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo valores, termos e condições acordadas entre as partes.

		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo não circulante</u>			
Estúdioface - Serviços Estéticos Ltda (c)	-	2.835	
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda. (c)	-	3.672	
EL Commerce - Plataforma Digital para Intermediação de Negócios Ltda (c)	-	1.345	
Total	-	7.852	
		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Passivo não circulante</u>			
Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. (a)	4.999	83.937	
Total	4.999	83.937	
		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo Circulante</u>			
Associação Nacional das Franquias da Marca EspaçoLaser Ltda (b)	3.847	-	
Total	3.847	-	
		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo não circulante</u>			
Associação Nacional Das Franquias Da Marca EspaçoLaser Ltda	5.760	5.760	
HR – ARG. S.A.	6.272	2.312	
Total	12.032	8.072	

- (a) Em 15 de agosto de 2024, a Companhia MPM Corpóreos S.A. recebeu o valor de R\$ 10.000 da Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. para liquidação dos juros referente à Terceira Emissão de Debêntures. Posteriormente, em 27 de dezembro de 2024, a Companhia MPM Corpóreos S.A. liquidou a maior parte do saldo pendente no montante de R\$ 78.340.
- (b) Em Junho/2024, a Companhia registrou ativo no montante de R\$ 6.847 relativo à crédito com Fundo Promocional de Propaganda (FPP). O mesmo será realizado ao longo dos próximos meses, quando ocorrerá abatimentos no repasse das verbas de marketing para à Associação Nacional das Franquias da Marca EspaçoLaser Ltda.
- (c) Em 02 de dezembro de 2024 ocorreu a liquidação entre a MPM Corpóreos S.A. e Estúdioface – Serviços Estéticos Ltda. no valor de R\$666 e entre MPM Corpóreos S.A. e EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda no valor de R\$489. No mesmo dia foi aprovado o aumento de capital da Estúdioface – Serviços Estéticos Ltda, EF Franchising Serviços Terapêuticos e EL Commerce – Plataforma Digital nos valores que estavam, até então, alocados em mútuos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Passivo circulante</u>		
Prontomed – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	1.745	975
PJM Serviços Empresariais Ltda.	44	-
Total	1.789	975
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Resultado – Consolidado</u>		
<u>Despesas</u>		
Prontomed – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	9.082	5.371
PJM Serviços Empresariais Ltda.	480	494
M.G.F.B.L. Sociedade de Advogados	1.185	1.093
<u>Receita</u>		
Associação Nacional das Franquias da Marca Espaçolaser Ltda (b)	3.847	-
Total	14.594	6.958

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Administração (diretoria executiva, administradores e conselheiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	10.608	10.187
Encargos e benefícios	1.912	1.906
Total	12.520	12.093

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais (a)	31.349	23.048
Fornecedores nacionais--Skintec (b)	4.058	4.831
Total	35.407	27.879

(a) O saldo de fornecedores nacionais é composto, principalmente, pelos seguintes valores: R\$ 9,5 milhões referente à aluguéis, R\$ 4,5 milhões à material para utilização em sessões e R\$ 3,7 milhões à manutenção predial.

(b) A Skintec representa o principal fornecedor de peças e máquinas para Espaçolaser.

A Companhia não adota a operação de risco sacado (antecipação de recebíveis com fornecedores).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, sem considerar os custos com a oferta pública de ações, era de R\$1.483.831 (R\$ 1.483.831 em 31 de dezembro de 2023) composto por 361.423.066 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2023) nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas. A distribuição das ações em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim apresentada:

	Ações	Participação
Acionistas controladores, administradores e beneficiários do programa de pagamento baseado em Ações	171.585.828	47%
Ações em circulação	189.837.238	53%
Total	361.423.066	100%

Não ocorreram movimentações a serem demonstradas do capital social e da quantidade de ações ordinárias, conforme abaixo:

	Ações	Capital Social (em R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	361.423.006	1.483.831
Saldos em 31 de dezembro de 2024	361.423.006	1.483.831

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital

A reserva de capital representa acréscimos efetivos aos ativos da Companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas para o patrimônio líquido da Companhia com o fim de propiciar recursos para o capital e que poderá ser utilizado para futuro aumento de capital.

A reserva de ágio na subscrição de ações, refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumentar o capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendos cumulativos a ações ordinárias.

A Sociedade possui plano baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias (vide nota explicativa 15).

c) Reserva legal

De acordo com o estatuto social da companhia, a reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social.

d) Reserva para investimento

De acordo com o estatuto social da companhia, após a constituição da reserva legal e dividendos obrigatórios, o saldo é alocado na reserva para investimento.

e) Outros Resultados Abrangentes

As variações cambiais dos investimentos provenientes das operações no exterior são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (conta específica do patrimônio líquido).

f) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o estatuto social da companhia, realizamos a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 598.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados	1.313.275	1.301.442
Royalties	42.233	41.215
Taxa de franquia	2.865	7.905
Total receita	1.358.373	1.350.562
Impostos sobre vendas	(175.080)	(177.021)
Cancelamentos	(150.160)	(165.461)
Descontos concedidos	(3.362)	(1.633)
Total da receita operacional líquida	1.029.771	1.006.447

20.1. Contratos de Prestação de Serviço de Depilação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber (a)	816.770	797.089
Receita diferida (b)	313.252	304.599

(a) As contas a receber não estão sujeitas a juros e geralmente são negociadas em termos de pagamento que não ultrapassam 18 meses. Para maiores informações vide nota explicativa nº7.

(b) O valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviços serão prestados ao longo do contrato. Através da utilização de estudos realizados pela Administração e baseado em laudo de um especialista estatístico, a receita (e suas contrapartidas, quando aplicável) são reconhecidas no resultado do exercício da seguinte forma: (i) 90% do valor do contrato firmado é reconhecido em 180 dias (período médio de realização de até cinco sessões de tratamento) de forma linear e registrados pelo critério pro rata dia; e, posteriormente, (ii) 10% do valor do contrato firmado é reconhecido em 150 dias corridos (para eventuais manutenções necessárias). Dessa forma, a receita total é reconhecida durante os 11 meses subsequentes à assinatura do contrato.

20.2. Obrigações de performance

A obrigação de desempenho dos contratos firmados pela Companhia e suas controladas refere-se à prestação dos serviços aos clientes. Dessa forma, para cada tipo de operação há um preço estipulado no contrato - preço de venda individual estabelecido em contrato, não havendo previsão de valores variáveis a serem considerados. O preço de venda individual é estabelecido no início do contrato, caracterizando o preço pelo qual as entidades prestam serviços aos clientes. A obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo, e a contraprestação é devida no momento que cliente assina o contrato de prestação de serviço.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Despesas por natureza

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Propaganda e publicidade e Telemarketing	(36.856)	(50.827)
Salários e benefícios a empregados (a)	(460.829)	(472.484)
Ocupação, manutenção e operacionais (b)	(125.552)	(136.247)
Tecnologia	(25.031)	(10.523)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.484)	(4.534)
Perda efetiva de crédito	-	(17.339)
Amortização contrato oneroso	8.243	8.243
Depreciação e Amortização	(96.230)	(96.008)
Comissões cartões de crédito	(15.631)	(16.356)
Assessoria e serviços gerais (c)	(96.654)	(72.988)
Outras (despesas) e receitas	(30.534)	(20.717)
Total custo com serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas	(880.558)	(889.780)
Despesas com vendas	(7.885)	(72.759)
Despesas gerais e administrativas	(188.039)	(182.461)
Custos dos serviços prestados	(684.634)	(634.560)
Total	(880.558)	(889.780)

(a) Do valor apresentado, possuímos a remuneração de pessoal referente à operação nas lojas no valor de R\$ 359.403;

(b) A rubrica de ocupação é composta, principalmente, pelos custos com as estruturas físicas. Por exemplo, aluguel, energia elétrica, telefone e internet;

(c) Saldos compostos principalmente, por seguros, incentivos de vendas, limpeza, material aplicado (insumos e gás), uniformes e manutenção das máquinas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com juros	(62.743)	(115.131)	(114.663)	(123.928)
Despesas com IOF	(3.308)	(49)	(3.368)	(235)
Despesas bancárias	(32)	(4)	(2.812)	(2.524)
Juros de arrendamento	-	-	(10.416)	(10.470)
Perdas cambiais e swap	(269)	(590)	(3.868)	(8.621)
Despesa com ajuste a valor presente	-	-	(1.048)	(465)
PIS e COFINS s/ JCP	(2.128)	-	(2.128)	-
Atualização monetária passiva	-	-	(127)	(436)
IR s/ operações financeiras	(499)	(3.009)	(1.075)	(4.216)
Outras despesas financeiras	(5.975)	(4.776)	(12.752)	(6.487)
Total despesas financeiras	(74.954)	(123.559)	(152.257)	(157.382)
Rendimentos s/ aplicação financeira	2.939	10.306	16.881	26.184
Ganhos cambiais	214	879	214	1.022
Atualização monetária ativa	58	158	804	2.821
Outras receitas financeiras	-	-	2.840	1.424
Total receitas financeiras	3.211	11.343	20.739	31.451
Resultado financeiro líquido	(71.743)	(112.216)	(131.518)	(125.931)

23. Resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro / (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro / (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. Resultado por ação

Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores	2.518	(23.111)
Média ponderada da quantidade de ações	361.423	361.423
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	0,0070	(0,0639)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o único instrumento financeiro que proporcionaria diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, que são conversíveis em ações ordinárias, cujos detalhes estão descritos na Nota Explicativa 15. Considerando o valor justo das ações ordinárias da Companhia durante o exercício foi menor que o valor de exercício das opções, o plano de remuneração não proporcionou um efeito dilutivo em 31 de dezembro de 2024, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado para o período findo naquela data.

24. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:

		Hierarquia	Controladora		Consolidado	
	Classificação	Valor justo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	6.417	15.959	224.068	157.962
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	-	-	816.770	797.120
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	-	7.852	15.879	8.072
Instrumentos derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	-	2.421
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	-	20.000
Total			6.417	23.811	1.056.717	985.575
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	914	478	35.407	27.879
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Nível 2	358.362	683.817	776.672	774.872
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	-	-	88.134	94.146
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	5.000	83.937	1.789	975
Contas a pagar por aquisição	Custo amortizado	Nível 2	-	815	-	-
Total			364.276	769.047	902.002	897.872

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os períodos mencionados.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise sensibilidade

Apresentamos, a seguir, um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

				Resultado financeiro		
	Risco	2024	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	212.510	CDI	32.344	40.430	48.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	776.672	CDI	(118.209)	(147.761)	(177.314)
Total exposição líquida				(85.865)	(107.331)	(128.798)

O CDI projetado usado foi de 15,22% extraído do site da B3 em 31 de dezembro de 2024, a projeção usada foi para 365 dias.

Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de risco: (a) risco de mercado, incluindo o risco de moeda e o risco de preço; (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada segundo políticas elaboradas pela Diretoria de Finanças e aprovadas pela Administração da Companhia. Essa Diretoria é responsável pelas políticas à exposição aos riscos, bem como pela elaboração de processos, controles internos e a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Desse modo a Diretoria Executiva de Finanças mantém a Companhia protegida contra eventuais riscos financeiros.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é compartilhada pelo corpo Diretivo da Companhia e considera o acompanhamento permanente das taxas contratadas e as taxas de mercado.

A Companhia não efetua aplicações de cunho especulativo em derivativos ou outros ativos de risco.

a) *Risco de mercado*

Risco de moeda

Em 07 de março de 2024, a Companhia liquidou seu passivo em moeda estrangeira composto de empréstimos para capital de giro e swap (operação estruturada 4131) junto ao Banco Itaú. Sendo assim, não há mais exposição de flutuação de taxas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de preço dos serviços e receitas da Companhia

O acirramento da concorrência pode levar as controladas a reverem seus preços de serviços, tendo impacto direto sobre os resultados. A Companhia e suas controladas monitoram as práticas da concorrência e estabelece cenários avaliando os resultados futuros em relação à mudança de preços.

b) *Risco de crédito*

Incorre em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições financeiras no país. Este risco é gerido na Diretoria de Finanças. A Companhia tem a política de somente manter valores em instituições financeiras de primeira linha, não mantendo investimentos concentrados em qualquer conglomerado financeiro.

A Companhia tem estabelecida uma política de crédito na qual avalia o risco de cada cliente ou contraparte não cumprir as obrigações contratuais assumidas. Baseada nessa política, a Companhia provisiona créditos para liquidação duvidosa e caso ocorra inadimplência de um cliente por mais de 90 dias, o valor é baixado integralmente.

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de ser pulverizado devido a uma grande base de clientes. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

c) *Risco de liquidez--Continuação*

O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais. A previsão do fluxo de caixa é efetuada pela área financeira, na Diretoria de Finanças da Companhia. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, assegurando o valor de caixa suficiente para atender às necessidades da Companhia.

Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	776.672	774.872
Passivo de arrendamento	88.134	94.146
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(224.068)	(157.962)
Dívida líquida	640.738	711.056
Patrimônio líquido	855.794	857.790
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.496.532	1.568.846
Índice de alavancagem financeira	43%	45%

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações.

Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as informações por segmento operacional estão abaixo demonstradas:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Laser	Internacionais	Franqueadora	Consolidado
Receita líquida de vendas	954.839	34.324	40.608	1.029.771
Custo dos serviços prestados	(658.457)	(25.901)	(276)	(684.634)
Lucro bruto	296.382	8.423	40.332	345.137

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Laser	Internacionais	Franqueadora	Consolidado
Receita líquida de vendas	932.705	26.694	47.048	1.006.447
Custo dos serviços prestados	(606.070)	(28.247)	(243)	(634.560)
Lucro bruto	326.635	(1.553)	46.805	371.887

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada abaixo:

	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Multirrisco patrimonial (lucros cessantes, danos morais e danos materiais)	-	604.240
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	50.000	-
Risco de Transporte	-	3.030

27. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Resultados abrangentes por variação cambial dos investimentos	(2.200)	(584)
Adição / Remensuração de arrendamento e direito de uso	28.320	61.313

28. Eventos Subsequentes

Captação de Empréstimo

A MPM CORPÓREOS S.A, em 24 de janeiro de 2025, celebrou um contrato de financiamento por sua subsidiária integral Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A. ("Corpóreos"), no valor de R\$ 15.000 destinado a capital de giro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Essa operação contribui para o aprimoramento do perfil de vencimento e o custo de dívida corporativa da Corpóreos, proporcionando maior flexibilidade para a continuidade da execução de seu plano estratégico.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Eventos Subsequentes – Continuação

Recompra de ações

O Conselho de Administração da MPM CORPÓREOS S.A. (“Companhia”), nos termos do § 4º do artigo 157 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e da regulamentação da CVM, em especial a Resolução CVM n.º 44, de 23 de agosto de 2021, e a Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022, realizou a aprovação do Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição, pela Companhia de ações de sua emissão (“Programa de Recompra”).

Nos termos aprovados pelo Conselho de Administração, o Programa de Recompra, que terá vigência de até 18 meses, prevê a aquisição em bolsa, a preços de mercado, de até 5.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, atualmente correspondentes a aproximadamente 2,6% das ações de emissão da Companhia em circulação.

A Companhia esclarece que o Programa de Recompra tem por principal objetivo fomentar o desenvolvimento de valor para seus acionistas através da utilização de recursos disponíveis na aquisição das ações da Companhia em bolsa de valores, a preços de mercado, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação das ações no mercado ou no âmbito de planos de incentivo baseados em ações, observado o disposto na Lei das S.A. e na regulamentação da CVM.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024



Srs. Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da MPM Corpóreos S.A. e controladas – “Espaçolaser” ou “Companhia” – apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Sobre a Espaçolaser

A Espaçolaser é a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de faturamento, número de lojas e clientes atendidos. Em atuação há 20 anos e presente em todos os estados brasileiros, nossa ambição é democratizar o bem-estar por meio da oferta da melhor tecnologia para todos, rompendo com soluções tradicionais. Possuímos um modelo de negócios disruptivo, baseado na satisfação de nossos clientes e colaboradores, e que permite rápida expansão para capturar as oportunidades de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, contávamos com 806 lojas (próprias e franquias) de depilação a laser no Brasil, 27 lojas de depilação a laser na Argentina (através da marca parceira Definit), 6 lojas franqueadas na Colômbia, 32 lojas no Chile (após aquisição da marca Cela) e 1 loja franqueada no Paraguai. Ao final do ano de 2024, a Espaçolaser contava também com 4.615 colaboradores.

Mensagem da Administração

Em 2024, celebramos os 20 anos da Espaçolaser, uma jornada marcada por colaboradores comprometidos com a excelência dos nossos serviços e uma marca inspiradora e amada pelos consumidores. Ao longo dessa trajetória, nosso compromisso com os protocolos de segurança e excelência nos nossos serviços impulsionou nosso crescimento e traduziu em grandes conquistas. Apesar de termos muitos motivos para celebrar, estamos entusiasmados com o próximo capítulo da nossa jornada.

Os resultados de 2024 já refletem parcialmente os próximos capítulos da Espaçolaser que consiste na execução da nossa estratégia de (i) expansão do top line, (ii) eficiência operacional, (iii) fortalecimento da estrutura de capital, (iv) aprimoramento da governança corporativa e (v) excelência nos serviços prestados.

Na expansão do top line, encerramos o ano com 872 lojas, ampliando nossa presença e capilaridade no mercado. Nosso indicador de system-wide sales cresceu 3,3% no trimestre e 2,2% no ano, totalizando R\$ 1,7 bilhão em 2024. Em novembro, alcançamos a maior venda

mensal da história da nossa rede de lojas próprias e registramos o segundo maior dia de vendas da Companhia na Black Friday.

Além disso, avançamos na redução dos cancelamentos, reflexo das iniciativas implementadas ao longo do ano na frente de relacionamento com clientes e cobrança, com ações focadas na reversão de cancelamentos em estágios iniciais e na recuperação de clientes. Com isso, apresentamos uma queda de 7,3% na linha de cancelamentos no trimestre, e de 11,2% quando comparado com o ano de 2023.

Na frente de eficiência operacional, o ano foi marcado pelas diversas iniciativas implementadas com foco em ganhos de eficiência em custos e despesas e que geraram resultados relevantes. Com isso, o nosso lucro bruto cresceu 16,5% no trimestre e 11,6% no ano, com ganhos expressivos de margem de 4,7 p.p. e 2,9 p.p., respectivamente. O EBITDA avançou 9,6% no trimestre e 4,5% no ano, sustentando nossa estratégia de eficiência de custos e retomada de rentabilidade.

Um dos destaques do período foi a reversão do prejuízo no trimestre, com um lucro líquido de R\$ 9,6 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 7,4 milhões no 4T23. No acumulado do ano, registramos um crescimento de 254,7% no lucro líquido ajustado. Já o resultado contábil sem ajustes apresentou seu primeiro lucro desde 2021, além de um crescimento do LAIR de 961,9% no ano.

Nossa geração de caixa manteve-se robusta, atingindo R\$ 66,6 milhões no trimestre, com uma conversão de EBITDA em caixa de 138,3%. No ano, a geração de caixa operacional somou R\$ 230,6 milhões, um crescimento de 14,7% em relação a 2023.

Em fortalecimento de nossa estrutura de capital, concluímos a captação de R\$ 30 milhões, tomada por nossa subsidiária integral (“Corpóreos”), com vencimento em quatro anos, carência de principal de um ano e juros remuneratórios de CDI + 2,92% ao ano. Adicionalmente, em janeiro de 2025, captamos R\$ 15 milhões, também por nossa subsidiária integral, com vencimento em três anos, carência de um ano e juros de CDI + 2,80% ao ano. Essas operações alongam nosso perfil de vencimento e reduzem o custo da dívida corporativa, garantindo maior flexibilidade para a execução do nosso plano estratégico.

Como resultado das iniciativas mencionadas, nosso indicador de alavancagem registrou nova queda pelo 11º trimestre consecutivo, atingindo 2,1x dívida líquida/EBITDA ajustado, frente a 2,4x no 4T23, reforçando nossa diligência na gestão do caixa e saúde financeira da Companhia.

Na frente de governança corporativa, em janeiro de 2025, anunciamos a contratação de uma nova liderança para a área de Comercial e Marketing, com o objetivo de fortalecer nossas estratégias de precificação, segmentação e campanhas promocionais para impulsionar o desempenho e crescimento da Companhia.

Em excelência nos serviços, mantivemos nossa posição de referência, conquistando pela quarta vez consecutiva o Prêmio Reclame Aqui na categoria Beleza, Estética e Cosméticos. Encerramos o ano com nota 8,4 (Ótimo) e seguimos com a certificação RA1000, que reconhece empresas com um excelente atendimento ao cliente, levando em conta a qualidade na resolução de reclamações e a agilidade no atendimento.

Encerramos mais um ano com avanços importantes e um posicionamento sólido para o futuro, certos de que a melhoria contínua é essencial. Estamos preparados em todos os pilares fundamentais da Espaçolaser e confiamos que nossos diferenciais competitivos nos permitirão continuar evoluindo e agregando valor a todos os stakeholders. Seguimos com investimentos sólidos em inovação, focando no aprimoramento de processos, novos investimentos em máquinas, conforme mencionado em nossa última divulgação, e no desenvolvimento contínuo do nosso time de colaboradores.

Perspectivas para o Futuro

Evoluímos nos últimos 20 anos para nos tornarmos uma companhia líder e referência de mercado, com uma marca forte com conexão com nossos clientes e consumidores. Continuamos comprometidos em executar nossa estratégia, apesar do cenário de deterioração do ambiente macroeconômico, com aumento da taxa de juros e potencial reflexo na atividade econômica e disponibilidade de crédito. Sendo assim, em 2025 manteremos como prioridades:

- i) expansão através de abertura de novas unidades via franquias;
- ii) recomposição de preço, priorizando o crescimento de receita;
- iii) eficiência em custos e produtividade;
- iv) melhoria da experiência dos nossos clientes para ampliar o diferencial de encantamento, e
- vi) disciplina financeira para fortalecer nosso balanço e reduzir nosso nível de alavancagem

Estas iniciativas são essenciais para retomarmos nosso nível histórico de rentabilidade. Estamos confiantes de que sairemos deste ciclo ainda mais fortes, ampliando nossa liderança de mercado e vantagens competitivas, além de retomarmos o crescimento com geração de valor.

Desempenho Operacional

Espaçolaser Brasil

Ao final do 4T24, possuíamos 806 lojas Espaçolaser no Brasil. No decorrer do ano, foram inauguradas 31 novas franquias, totalizando 244 unidades franqueadas ao término do período.

Em função da aceleração da expansão na frente de franquias que realizamos nos últimos dois anos, com a abertura líquida de 74 unidades no período, atualmente aproximadamente 30% da nossa base de franquias ainda estava em processo de maturação ao final do ano de 2024.

Em relação ao 4T23, a expansão da nossa presença ocorreu, predominantemente, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Além disso, seguimos avançando com a abertura de unidades em ruas e centros comerciais, que passaram a representar 46% da nossa base de lojas no Brasil, comparado com 44% no ano anterior.

System-Wide Sales

As vendas brutas da rede Espaçolaser (system-wide sales) totalizaram R\$ 517,1 milhões no 4T24, representando um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado pela expansão da base de lojas no período, pelo aumento do ticket médio e pela otimização do mix de vendas, priorizando áreas do corpo com maior valor

agregado. No ano, o system-wide sales foi de R\$ 1,7 bilhão, crescimento de 2,2% quando comparado com o ano de 2023.

O indicador de vendas em mesmas lojas (same-store sales) registrou alta de 1,2% na comparação com o 4T23. A diferença entre system-wide sales e same-store sales decorre majoritariamente do processo de maturação das unidades inauguradas nos últimos trimestres, especialmente das franquias, que ainda se encontram em fase de consolidação.

Operação Internacional

Argentina

Estamos presentes na Argentina desde 2018, nosso primeiro país de atuação fora do Brasil, através de um modelo de joint-venture. Ao final de 2024, contávamos com 27 unidades no país, sendo 19 próprias e 8 franquias. No ano, inauguramos 6 lojas no país.

O desempenho do ano foi impactado pela recessão e alta inflação na Argentina, que reduziram o poder de compra dos consumidores e desaceleraram a economia. Com a estabilização da inflação e a melhora nas projeções econômicas, o país começa a dar sinais de recuperação. No entanto, os consumidores têm adotado uma postura mais cautelosa em relação aos gastos, o que impacta a demanda por bens e serviços.

As vendas atingiram R\$ 12,4 milhões no trimestre, queda de 30,1% na comparação anual, e no ano de 2024, as vendas totalizaram R\$ 44,4 milhões, com queda de 21,0% quando comparado com 2023.

Ao longo do trimestre, foram realizados 92,6 mil procedimentos no país, alta de 6,3% quando comparado com a quantidade de procedimentos realizados no 4T23. No ano de 2024, foram realizados 313,2 mil procedimentos, aumento de 2,5% quando comparado com o ano anterior.

Colômbia

Desde o anúncio de nossa parceria estratégica com a F3L em janeiro de 2024, continuamos a registrar resultados positivos, com mais um trimestre de crescimento nas vendas. Ao longo do ano, tivemos o fechamento de três lojas no país, como parte da estratégia de otimização de operações, encerrando o 4T24 com 6 lojas franqueadas no país.

No ano, as vendas totalizaram R\$ 6,1 milhões, com crescimento de 18,0% em relação a 2023, mesmo considerando a otimização do portfólio com o fechamento das operações. No 4T24, as vendas atingiram R\$ 1,5 milhão no trimestre, queda de 0,5% quando comparado com o 4T23.

Além disso, no trimestre, foram realizados 23,2 mil procedimentos no país, e no ano, foram realizados 98,0 mil procedimentos, com crescimento de 5,9% em relação ao ano de 2023.

Chile

Iniciamos nossas operações no país em 2021, com a aquisição do controle do grupo Cela, marca que apresenta semelhanças com o serviço, tecnologia e cultura da Espaçolaser. Encerramos o ano de 2024 com um total de 32 lojas no país, das quais 18 são próprias e 14 operam como franquias. Ao longo do ano, inauguramos 9 novas unidades.

No 4T24, a operação da Espaçolaser no Chile apresentou novamente um crescimento expressivo, impulsionado principalmente pelo sucesso das ações promocionais realizadas ao longo do trimestre, incluindo a cyber week, que encerrou no dia 02 de outubro e apresentou

um volume expressivo de vendas, além de ações promocionais de Thanksgiving e Black Friday no mês de novembro. Além disso, ao final do ano, nosso principal concorrente direto no país passou por uma mudança de posicionamento estratégico, realizando o fechamento de algumas unidades. Esse movimento reforçou ainda mais a nossa posição de liderança, fazendo com que nos tornássemos o maior player de depilação a laser no Chile.

Como resultado, nossas vendas no Chile atingiram R\$ 12,0 milhões no trimestre, com ganhos expressivos de 36,6% em relação ao 4T23. No ano, as vendas no Chile foram de R\$ 40,4 milhões, aumento de 45,4% quando comparado com o ano de 2023.

Além disso, registramos um incremento de volume de 81,8% em números de procedimentos realizados quando comparado ao 4T23, atingindo 176,1 mil no período. No acumulado do ano, os procedimentos realizados cresceram 57,6%, atingindo 512,1 mil procedimentos em 2024.

Desempenho Financeiro

Receita Bruta e Cancelamentos

No 4T24, a receita bruta da Companhia foi de R\$ 356,7 milhões, aumento de 0,5% em relação ao ano anterior. No ano de 2024, a receita bruta totalizou R\$ 1,4 bilhão, representando ganhos de 0,7% na comparação anual.

Seguimos focados na diminuição dos cancelamentos, que apresentou nova redução expressiva, de 7,3% em relação ao 4T23, atingindo o patamar de 10,4% da receita bruta no trimestre. No ano de 2024, a queda dos cancelamentos foi mais acentuada, de 11,2%, refletindo as iniciativas implementadas na reestruturação da área de cobrança para recuperação de clientes. Entre elas, adotamos uma abordagem mais antecipada e frequente na régua de cobrança em relação ao modelo anterior, construímos ações em parceria com a Serasa e otimizamos os processos internos da área.

Receita Líquida

No 4T24, a receita líquida da Companhia foi de R\$ 272,7 milhões, aumento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, a receita líquida atingiu R\$ 1,0 bilhão, com crescimento de 2,8% na comparação com o ano de 2023.

A receita líquida do ano foi ajustada para refletir o desempenho da operação na Colômbia do mês de janeiro, uma vez que o grupo F3L assumiu a operação no país a partir do mês de fevereiro. Além disso, ajustamos a linha de cancelamentos para corrigir um impacto não recorrente decorrente de uma base acumulada de períodos anteriores, que impactava o cálculo das provisões para devedores duvidosos. Com isso, realizamos a baixa desses valores, assegurando uma representação mais fiel da carteira em 2024.

Custo dos Serviços Prestados e Lucro Bruto

Nosso custo por loja apresentou queda de 3,5% no período, atingindo R\$ 103,0 mil/mês no 4T24, frente aos R\$ 106,7 mil/mês registrados no 4T23. No ano de 2024, o custo por loja registrado foi de R\$ 96,0 mil/mês, frente a R\$ 96,3 mil/mês no ano de 2023, queda de 0,3%.

Mantivemos nosso foco contínuo na busca por ganhos de eficiência nas linhas de custos e despesas, que seguiram evoluindo positivamente tanto no trimestre quanto no acumulado do ano. No 4T24, os custos totais registraram uma redução de 5,2% em relação ao 4T23,

impulsionada principalmente pela diminuição dos gastos com pessoal, otimização de custos indiretos e redução de despesas operacionais. Esse movimento reflete, entre outros fatores, a menor necessidade de insumos para resfriamento durante as sessões de laser dado a implementação da nova tecnologia, bem como iniciativas de racionalização de despesas e negociação com fornecedores em diversas frentes, incluindo consultorias, viagens e custos com facilities.

No consolidado de 2024, os custos apresentaram uma retração de 1,8%, com destaque para a redução de 4,0% nos custos de pessoal e de 0,4% nas despesas com aluguel, resultado das negociações contínuas dos contratos de loja. Além disso, os custos com marketing diminuíram 13,1% no ano, enquanto as despesas com comissões de cartões de crédito tiveram uma redução de 3,1%, refletindo os ganhos obtidos por meio de renegociações com as operadoras.

Com isso, e considerando todas as iniciativas mencionadas na seção de custos, no 4T24, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 99,1 milhões no 4T24, crescendo 16,5% no período, com margem bruta de 36,3%, um aumento de 4,6 p.p. na comparação anual.

Para efeitos comparativos e uma melhor análise, na visão anterior e desconsiderando os ajustes mencionados, nosso lucro bruto seria de R\$ 114,3 milhões, com crescimento de 15,0% e margem de 42,3%, 5,3 p.p. maior em comparação ao 4T23. No ano consolidado, o lucro bruto totalizou R\$ 383,0 milhões, com ganhos de 11,6% em comparação ao ano 2023. Na visão anterior, o nosso lucro bruto teria sido de R\$ 436,1 milhões, crescimento de R\$ 9,1% em relação ao valor reportado em 2023.

O impacto de custos não recorrente no lucro bruto está predominantemente relacionado ao efeito não recorrente de cancelamentos, conforme detalhado na seção de receita bruta.

Despesas Gerais e Administrativas

Ajustamos as despesas operacionais para excluir montantes extraordinários não relacionados à operação. Neste trimestre, os impactos estiveram ligados ao fechamento e à desmobilização de lojas, além de rescisões contratuais e consultorias pontuais.

No quarto trimestre de 2024, as despesas operacionais totalizaram R\$ 50,5 milhões, correspondendo a 18,5% da receita líquida do período, um aumento de 4,5 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das despesas gerais e administrativas, refletindo a reclassificação de incentivos de vendas, que anteriormente eram contabilizados como custo. Além disso, no quarto trimestre de 2023, houve um impacto relevante de aproximadamente R\$ 14,4 milhões em despesas não recorrentes, fator que influencia a base de comparação entre os períodos.

Conforme mencionado anteriormente, desde o 1T24 foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), na qual custos anteriormente contabilizados como despesas, como Fundo de Promoção e Propaganda (FPP) e custos de sistemas e tecnologia relacionados à operação, foram realocados para as categorias de custos indiretos e custos operacionais, que não afetam o EBITDA, Lucro Líquido e suas respectivas margens.

EBITDA Ajustado

No quarto trimestre de 2024, a Companhia registrou um EBITDA Ajustado de R\$ 48,1 milhões, crescimento de 9,6%, com uma margem EBITDA ajustada de 17,7%, com ganhos de 1,3 p.p., refletindo a priorização da Companhia de recuperação de rentabilidade, com o ganho eficiência de nossas operações em termos de custos e despesas, que apresentaram reduções importantes

nas principais linhas, especialmente no acumulado, além da continuidade da melhora da experiência dos nossos clientes.

Apesar de o quarto trimestre ser o mais forte em termos operacionais, essa sazonalidade não se traduz integralmente no resultado financeiro do período, devido à dinâmica de reconhecimento de receita da Companhia, que faz com que as vendas mais expressivas do final do ano impactam principalmente a receita dos meses subsequentes.

No ano, alcançamos um EBITDA Ajustado de R\$ 222,8 milhões, crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior, com margem EBITDA ajustada de 21,5% no período.

Depreciação e Amortização

No 4T24 a depreciação e amortização foi R\$ 14,0 milhões, aumento de 4,6% na comparação anual. No consolidado do ano, a depreciação e amortização foi de R\$ 56,2 milhões, aumento de 9,3% em relação ao ano de 2023.

Resultado Financeiro

No 4T24, nosso resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 33,4 milhões, aumento de 12,6% em comparação a despesa financeira de R\$ 29,6 milhões reportada no 4T23. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela redução da receita financeira na comparação anual. Ao longo de 2024, a Companhia manteve um saldo menor de recursos aplicados em relação a 2023, além de ter sido impactada pela queda na taxa CDI, fatores que contribuíram para a menor rentabilidade das aplicações financeiras. No acumulado do ano, a despesa financeira totalizou R\$ 118,3 milhões, um aumento de 2,5% em relação aos R\$ 115,5 milhões registrados em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Ajustamos a linha de Imposto de Renda e Contribuição Social para refletir os custos e despesas não recorrentes detalhados nas seções correspondentes do documento.

No 4T24, registramos um valor positivo de R\$ 8,9 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social, frente a uma despesa de R\$ 8,3 milhões no mesmo trimestre ano anterior. Essa queda foi influenciada, em parte, pelo crédito gerado pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio realizada pela nossa subsidiária integral Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., o que contribuiu para a redução da despesa tributária. No ano, essa despesa totalizou R\$ 25,0 milhões, ante R\$ 39,7 milhões no ano de 2023, representando uma queda de 37,1%.

Lucro (Prejuízo) Líquido

A Companhia apresentou uma reversão significativa de prejuízo no quarto trimestre de 2024, alcançando um lucro líquido ajustado de R\$ 9,6 milhões, em comparação com um prejuízo de R\$ 7,4 milhões no mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 23,3 milhões, refletindo um aumento significativo de 254,7% em relação ao ano anterior.

Além disso, também no lucro líquido contábil, observamos uma reversão expressiva de prejuízo, tanto no trimestre quanto no ano. No 4T24, registramos um lucro líquido contábil de R\$ 4,8 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 19,0 milhões no 4T23.

No acumulado do ano, o lucro líquido contábil foi de R\$ 1,6 milhão, superando o prejuízo de R\$ 25,5 milhões registrado em 2023, demonstrando a sólida recuperação financeira da Companhia, com uma performance operacional cada vez mais forte.

Fluxo de Caixa Operacional

No 4T24, o fluxo de caixa operacional ajustado foi de R\$ 66,6 milhões, crescimento de 86,2% quando comparado com o 4T23, e com uma forte conversão de EBITDA em caixa de 138,3% no período.

No acumulado do ano, a geração de caixa operacional ajustado totalizou R\$ 230,6 milhões, aumento de 14,7% em comparação ao ano de 2023, com conversão de EBITDA em caixa de 103,5%, reforçando a robustez da capacidade de geração de caixa da Companhia.

Investimentos

Os investimentos realizados no quarto trimestre de 2024 totalizaram R\$ 7,9 milhões, refletindo um crescimento de 48,4% em relação ao 4T23. Esse aumento é explicado, principalmente, pela aquisição de maquinário de resfriamento, iniciada e mencionada na divulgação de resultados do 3T24. Além de proporcionar um payback rápido ao substituir parte do consumo do gás resfriador, a novidade tem sido extremamente bem recebida pelos clientes. Conforme mencionado, trata-se de um capex de baixo valor, direcionado para otimizar os processos operacionais e garantir a eficiência contínua nas operações, sem representar um impacto significativo no total dos investimentos da Companhia.

No consolidado do ano, os investimentos atingiram R\$ 24,5 milhões, comparado aos R\$ 41,9 milhões em 2023. A maior parcela dos investimentos no ano de 2023 foi direcionada à aquisição de máquinas equipadas com as tecnologias de Alexandrite e ND-YAG, que foram realizadas no 1T23.

O foco principal da expansão da rede de lojas da Companhia concentra-se em cidades com densidade populacional superior a 50 mil habitantes, uma vez que Companhia possui forte capilaridade nas capitais e grandes cidades.

Endividamento

A dívida líquida totalizou R\$ 552,6 milhões, redução de R\$ 41,9 milhões na comparação com o final do ano de 2023, levando a uma nova queda no nível de alavancagem para 2,1x no 4T24, considerando a relação dívida líquida/EBITDA Contábil excluindo o efeito contábil de custos e despesas não recorrentes. Ao final do 4T24, a Companhia possuía uma dívida bruta de R\$ 776,7 milhões.

Em outubro, emitimos uma CCB de R\$ 30 milhões, com vencimento em 4 anos e juros de CDI + 2,92%, com o objetivo de reduzir financiamentos mais onerosos e melhorar o perfil de vencimento da dívida. Em janeiro de 2025, anunciamos a contratação de um financiamento de R\$ 15 milhões com vencimento em 3 anos, carência de um ano e juros de CDI + 2,80%, operações que reforçam o perfil de vencimento e contribuem para a redução do custo da dívida, proporcionando maior flexibilidade à execução do nosso plano estratégico.

Governança Corporativa

Em 01 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu sua listagem no Novo Mercado da B3, segmento que contempla as melhores práticas de governança corporativa de companhias abertas, demonstrando a importância deste tema para a Companhia.

A Companhia possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, compliance e auditoria. O Comitê de Auditoria composto de 3 membros, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão: (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) da conformidade da Companhia com seus valores, diretrizes estratégicas, Código de Ética e Conduta e políticas internas; (iii) das qualificações e independência do auditor independente; (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes; e (v) da gestão de riscos. Desde 2021, a Companhia mantém o Comitê de Ética para promover o respeito, o cumprimento e o aprimoramento dos princípios éticos, bem como monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia. O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, implantado em 2022, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão e avaliação: (i) da estrutura organizacional da Companhia; (ii) das políticas ou práticas de desenvolvimento de pessoas, diversidade, treinamento, remuneração, benefícios e retenção de talentos; (iii) dos planos de sucessão de colaboradores que ocupem posições chaves na Companhia; e (iv) das políticas relacionadas aos temas de pessoas, cultura e governança da Companhia.

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, responsável por, dentre outros: (i) avaliar a eficácia do nível de governança da Companhia; (ii) supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e o alcance dos controles implementados; e (iii) aferir a aderência dos processos da Companhia aos órgãos reguladores diversos.

Em 14 de maio de 2024, foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, composto por três membros e seus suplentes, com a missão de fiscalizar os atos dos órgãos da administração da Companhia e informar aos órgãos da administração e à Assembleia Geral as matérias de sua competência, exercendo as suas funções no exclusivo interesse da Companhia.

A Companhia possui ainda um Canal de Denúncias ativo administrado por uma empresa externa independente, que permite que seus colaboradores, quaisquer terceiros, fornecedores, clientes, franqueados e público em geral, encaminhem denúncias através do site <https://canalconfidencial.com.br/espacolaser/> ou do telefone 0800 591 1896.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Apuração de Denúncias, que orienta sobre a apuração de desvios de conduta ou atos ilegais reportados ao canal de denúncias ou quaisquer outros meios de contato. A apuração das denúncias resguarda a segurança e a confidencialidade das informações tratadas e de eventuais testemunhas que auxiliarem na elucidação dos fatos. A Política de Apuração de Denúncias é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, parceiros comerciais, agentes intermediários, representantes, prestadores de serviços ou quaisquer outros terceiros que atuem em nome da Companhia.

Premiações

Em 2024, recebemos os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Certificação *Great Place to Work* pelo 5º ano consecutivo;
- 9º lugar no Ranking GPTW Saúde – Categoria Indústria e Serviços;
- Certificação Saúde Emocional da *Great Place to Work*;
- Prêmio Reclame Aqui;
- Selo Master de Franquia Internacional (ABF);
- Prêmio Lugares Mais Incríveis para Trabalhar (FIA);

Responsabilidade Social

A Companhia busca realizar ações que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa. Valorizamos a inclusão e o acolhimento, adotando práticas que visam transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Abaixo são listadas algumas das principais iniciativas da Companhia:

- **Patrocínio de Atletas.** A Companhia patrocina a carreira de vários atletas brasileiros de diferentes modalidades, entre eles, os medalhistas paralímpicos Phelipe Rodrigues, Edênia Garcia e Maria Carolina Santiago os esgrimistas Paulo Moraes e Pedro Marostega e os surfistas Caio Costa e Carlos Bahia.
- **Mel Acolhe.** A Companhia criou um programa de apoio às suas colaboradoras vítimas de violência doméstica. O Mel Acolhe oferece acolhimento e orientação jurídica, psicológica, socioassistencial e médica, e o atendimento é sigiloso e sem nenhum tipo de interferência da Companhia, apenas de especialistas da ONG Bem Querer Mulher. Em 2024, foram realizados 2 eventos (contando com 99 participantes), e o programa atendeu 19 mulheres.
- **Espaçolaser Abraça.** O Espaçolaser Abraça é um programa de inclusão social e capacitação de pessoas com deficiência intelectual. O programa foi desenhado com alguns parceiros especialistas no tema: Instituto Jô Clemente, Consultoria UDiversidade e Instituto Serendipidade. O programa também contempla um treinamento obrigatório sobre diversidade e inclusão para todos os colaboradores. Em 2024, foram treinados 4.111 colaboradores.
- **ONU Mulheres.** A Companhia é signatária da ONU Mulheres. A Companhia se juntou a essa importante entidade na defesa dos direitos da mulher, firmando o compromisso com os Princípios de Empoderamento das Mulheres (ou Women's Empowerment Principles - WEPPs). O propósito da Companhia com esse pacto é contribuir com o empoderamento das mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia. Dentro do quadro de funcionários da Companhia, 96% são do sexo feminino, sendo que 92% de nossa liderança e 60% dos cargos de C- Level são compostos por mulheres.

- **Projeto Gestantes Espaçolaser.** Programa que, desde 2018, assegura o acompanhamento durante a gestação, com o apoio da corretora de saúde Holden. A cada 3 meses, são realizados “Encontros de Gestantes”, onde o RH traz profissionais da saúde (médicos/enfermeiros obstétricos) para falar de temas como amamentação, parto e primeiros cuidados com o bebê etc. Em 2024, foram realizados 3 encontros, contando com 69 participantes. Além disso, a Companhia prepara dentro do programa a ação “Mamãe Retorna” que tem como objetivo acolher/respaldar estas mães que estão retornando ao trabalho, atualizando-as com as informações do período em que ela esteve ausente. Em 2024, 186 colaboradoras participaram deste momento.
- **Etnias EL.** Programa de diversidade étnica, contemplando rodas de conversas, workshops e grupo na plataforma de comunicação interna para criar uma rede de apoio. Em 2024, foram realizados 3 encontros, somando 113 participantes.
- **ELGBT+.** Programa que contempla rodas de conversas e grupo na plataforma de comunicação interna da Companhia para fóruns de discussão e compartilhamento de informações. Em 2024, foram realizados 2 encontros, somando 89 participantes.
- **Programa de Voluntariado:** No decorrer do ano, são realizadas diversas ações sociais envolvendo os colaboradores para apoiarem alguma causa ou ONG. Em 2024, nossos colaboradores nos ajudaram a transformar a vida de mais de 560 pessoas, com ações de Natal solidário, campanha do agasalho e páscoa. Outra frente dentro do programa, é concessão do serviço do laser, em nossa área técnica para pessoas de baixa renda, vinculadas às ONG’s parceiras, em 2024, foram atendidas 63 pessoas.
- **Programa De bem com a Vida:** Criado em 2023 com o intuito de promover internamente a saúde dos de forma integral. Ele possui 3 pilares: saúde física, saúde financeira e saúde mental que contam com encontros e campanhas que abordam os temas fortalecendo o nosso compromisso com as nossas pessoas. No ano de 2024, foram mais de 10 palestras, campanhas de conscientização e iniciativas que contou com mais de 1.600 participações.

Audidores Independentes

Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços para a Companhia: (i) revisão das informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com o “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária” e a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, assim como para os mesmos trimestres de 2021, 2022, 2023 e 2024; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017; (iii) revisão de documentos da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia;

e (iv) assim como um trabalho de *seller due diligence* contratado pela empresa no quarto trimestre de 2019.

Adicionalmente, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Espaçolaser declara que, em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 20 março de 2025; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, autorizando sua conclusão nesta data.

Agradecimentos

A Administração da Espaçolaser agradece a todos seus clientes, colaboradores, franqueados e acionistas pela confiança e apoio durante o ano de 2024. Encerramos o ano com melhoras importantes para a operação, confiantes de que temos planos sólidos para a retomada gradual da rentabilidade de nossa operação e para capturar as oportunidades de crescimento associadas ao desenvolvimento do mercado de depilação à laser.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da EspaçoLaser declara que, em conformidade com o §1º, inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024, autorizando sua conclusão.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da EspaçoLaser declara que, em conformidade com o §1º, inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 20 de março de 2025.

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

MPM Corpóreos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPM Corpóreos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com

tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita sobre prestação de serviços de depilação

A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme nota explicativa nº 4.13 e 20, as receitas com prestação de serviços de depilação são reconhecidas ao longo do tempo utilizando estimativas preparadas pela diretoria que avaliam o momento em que as obrigações de desempenho previstas em

contrato são satisfeitas. Esse reconhecimento leva em consideração fatores que dependem da realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A diretoria exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, consequentemente, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência.

Considerando o risco inerente, o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas, efetuamos testes amostrais visando confirmar a adequação dos valores reconhecidos perante o total do serviço e o tempo de duração do serviço que foi contratado, bem como, analisamos o processo de revisão das estimativas e julgamentos exercidos pela diretoria e confirmamos o correto momento em que essa receita foi reconhecida. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a redução de receitas, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações sobre o tema incluídas pela diretoria na nota explicativa nº 20.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas sobre prestação de serviços de depilação, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios utilizados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$664.149 mil e está divulgado na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro, envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP034519/O

Murilo Teixeira Coelho Morgante

Contador CRC SP280120/O

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal O Conselho Fiscal da MPM Corpóreos S.A. (“Espaçolaser” ou “Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada às 15h00 horas do dia 17 de março de 2025, procedeu ao exame: (i) das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório do auditor independente emitido sem modificações ou ressalvas e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”); (ii) do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) da destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos documentos examinados e nas manifestações favoráveis apresentadas pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração referentes às Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que os referidos documentos expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que estão em condições de serem submetidos à apreciação da assembleia geral. São Paulo, 17 de março de 2025.

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. APRESENTAÇÃO O Comitê de Auditoria é órgão colegiado, não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pelas disposições previstas em seu Regimento Interno (“Comitê de Auditoria” e “Regimento Interno do Comitê”). Em reunião realizada em 9 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a criação e instalação do Comitê de Auditoria, bem como a aprovação do Regimento Interno do Comitê. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2023, foi aprovada a eleição dos seguintes membros, com mandato de 2 (dois) anos: (i) Sylvia de Souza Leão Wanderley; (ii) Fábio de Barros Pinheiro; e (iii) Francisco Javier Molto Martinez. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de agosto de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Francisco Javier Molto Martinez renunciou ao cargo de membro do Comitê de Auditoria e a Sra. Adriana Caetano foi eleita ao cargo. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2024, o Conselho de Administração reelegeu os membros do Comitê de Auditoria, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a se encerrar na reunião do Conselho de Administração imediatamente posterior à assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. Na referida data, a composição do órgão era a seguinte: (i) Sylvia de Souza Leão Wanderley; (ii) Fábio de Barros Pinheiro; e (iii) Adriana Caetano. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2024, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley ao cargo de membro do Comitê de Auditoria. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de outubro de 2024, o Conselho de Administração elegeu a Sra. Ana Paula Giuntini Zamper como membro do Comitê de Auditoria, e consolidou a composição atual do órgão, que passou a ser: (i) Fábio de Barros Pinheiro, como Coordenador do Comitê de Auditoria; (ii) Adriana Caetano, como membro do Comitê de Auditoria; e (iii) Ana Paula Giuntini Zamper, como membro do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração e suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições aplicáveis, em especial ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria. Em atenção ao artigo 22, § 1º, do Regulamento do Novo Mercado e ao disposto no art. 5º, “iv”, do Regimento Interno do Comitê, a Companhia deve divulgar anualmente relatório resumido do Comitê de Auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração. Nesse sentido, os membros do Comitê de Auditoria apresentam o presente relatório, em conformidade com o disposto no Regulamento do Novo Mercado e no Regimento Interno do Comitê.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria serão realizadas, no mínimo, a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê de Auditoria. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente 08 (oito) vezes. As principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria no exercício social de 2024 foram: (a) análise, revisão e recomendação com referência às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (b) análise, revisão e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2024 (1T24), 30 de junho de 2024 (2T24) e 30 de setembro de 2024 (3T24); (c) Análise de contas e atos de gestão da Diretoria; (d) Acompanhamento das principais políticas da Companhia; (e) Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Externa Ernest & Young Auditores Independentes S.S.; (f) Resultado Financeiro mensal de janeiro a dezembro de 2024 e respectivos indicadores; (g) Impactos da Reforma Tributária; (h) Planos de Auditoria Interna e seus resultados; (i) Segurança da Informação (evolução na segurança da informação da Companhia); (j) Indicadores, apurações e fluxo do Canal Confidencial; (k) Plano de Gerenciamento de Risco da Companhia; (l) Transações com Partes Relacionadas; (m) Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; e (n) Análise da renegociação da dívida da MPM Corpóreos S.A e captação de dívida pela subsidiária integral CORPOREOS Serviços Terapêuticos S.A; e (o) avaliação dos covenants.

3. CONCLUSÕES Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê de Auditoria ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 14 de março de 2025

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA Os membros do Comitê de Auditoria aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração: O Comitê de Auditoria, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada às 14h00 em 14 de março de 2025, na sede social da Companhia, procedeu ao exame e análise das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Considerando as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes da Companhia, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, opinam, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e recomendam o seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração, com posterior recomendação de aprovação pelos acionistas em assembleia geral. São Paulo, 14 de março de 2025.